

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS

DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA

ISABELLA REISER ESCOBAR DA CRUZ

**RECONSTRUÇÃO GEOGRÁFICA DO RETRATO DOS IMPACTOS DO
ROMPIMENTO DA BARRAGEM DE FUNDÃO PARA O DISTRITO DE REGÊNCIA,
EM LINHARES/ES**

Porto Alegre

2021

ISABELLA REISER ESCOBAR DA CRUZ

**RECONSTRUÇÃO GEOGRÁFICA DO RETRATO DOS IMPACTOS DO
ROMPIMENTO DA BARRAGEM DE FUNDÃO PARA O DISTRITO DE REGÊNCIA,
EM LINHARES/ES**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Geografia, pelo Curso de Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Orientador: Prof^a Doutora Cláudia Luísa Zeferino Pires.

Porto Alegre

2021

CIP - Catalogação na Publicação

da Cruz, Isabella Reiser Escobar
Reconstrução geográfica dos impactos do rompimento
da barragem de Fundão para o Distrito de Regência, em
Linhares/ES / Isabella Reiser Escobar da Cruz. --
2021.
73 f.
Orientadora: Claudia Luisa Pires Zeferino.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação) --
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto
de Geociências, Bacharelado em Geografia, Porto
Alegre, BR-RS, 2021.

1. Rompimento de barragem. 2. Análise de discurso.
3. Linhares. 4. Barragem de Fundão. 5. Território. I.
Luisa Pires Zeferino, Claudia, orient. II. Título.

ISABELLA REISER ESCOBAR DA CRUZ

**RECONSTRUÇÃO GEOGRÁFICA DO RETRATO DOS IMPACTOS DO
ROMPIMENTO DA BARRAGEM DE FUNDÃO PARA O DISTRITO DE REGÊNCIA,
EM LINHARES/ES**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Geografia, pelo Curso de Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Monografia aprovada em: ___/___/___

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dra. Cláudia Luísa Zeferino Pires - Orientadora

Prof. Dr. Mário Leal Lahorgue

Prof. Dra. Nina Simone Vilaverde Moura

Porto Alegre, dezembro de 2021

RESUMO

A monografia trata de uma reconstrução geográfica do retrato dos impactos do rompimento da barragem de Fundão, em Mariana - MG, para a comunidade do distrito de Regência, em Linhares - ES, a partir de matérias publicadas pelo jornal *A Gazeta*. Busca reconhecer a forma que o rompimento da barragem e a decorrente contaminação das águas do Doce foram retratados em discurso tomando como objeto de estudo uma série de matérias publicadas virtualmente, utilizando a metodologia pecheutiana de análise de discurso. Também pretende identificar se há responsabilização das empresas controladoras da barragem, compreender o contato feito com a população atingida em Regência e apontar a forma que o acontecido é veiculado para o público leitor. A análise de discurso é eficaz enquanto procedimento metodológico para tais objetivos, de forma que há uma compreensão acerca dos três objetivos específicos, extraindo-se resultados variados.

Palavras-chave: Análise de discurso; Desastre; Rompimento de barragem; População atingida; Contaminação do Rio Doce.

ABSTRACT

The monograph is a geographic reconstruction of the portrayal of the impacts of the Fundão dam rupture, in Mariana - MG, for the community in the Regência district, in Linhares - ES, based on articles published by the newspaper *A Gazeta*. It seeks to recognize the way in which the collapse of the dam and the resulting contamination of the Doce waters were portrayed in discourse, taking a series of articles virtually published as object of study, using the Pecheutian methodology of discourse analysis. It also intends to identify if there is accountability of the companies controlling the dam, understand the contact made with the affected population in Regência and point out how what happened is conveyed to the readership. Discourse analysis is effective as a methodological procedure for such goals, so that there is an understanding of the three specific goals, extracting varied results.

Key words: Discourse analysis; Disaster; Dam break; Affected population; Doce river contamination.

AGRADECIMENTOS

Imprimir em umas poucas páginas o sentimento de satisfação e amor que sinto por todas as pessoas e todas as coisas que me ajudaram a chegar até aqui é tarefa impossível, ao passo que posso, somente, sentir toda gratidão do mundo em meu coração.

Ainda assim, preciso elencar a descomunal força dos meus pais. A grandeza dos sacrifícios que fizeram e de todo trabalho para que eu chegasse a esse ponto da minha vida é algo que sou incapaz de mensurar, mas sei que foi tudo por amor. Esse diploma é para vocês e de vocês. Obrigada à minha mãe por me mostrar o real significado de força e perseverança, por não ter desistido de ser minha amiga e me dar carinho mesmo quando se tornou algo extremamente desafiador, por ter me dado a fome de mundo, de natureza, de pessoas, de lugares que me move. Obrigada ao meu pai por toda admiração e amor, por ter sido meu fã. Embora o tempo juntos tenha sido curto demais, carreguei teu amor comigo pra sempre, a qualquer lugar que eu vá e embora sinta falta, nunca sinto tua ausência; espero conseguir ir a todos os lugares que te falei que gostaria de ir, tu estará lá comigo.

Agradeço aos meus avós por todo afeto, admiração e doçura que sempre tiveram por mim, bem como por todas as coisas que me ensinaram e ainda ensinam, inclusive de geografia. Agradeço às minhas madrinhas, quase tão mães quanto a minha própria mãe, por todo incentivo e por serem minhas parceiras para correr chão e viver coisas novas, por alimentarem minha curiosidade e incentivarem meu olhar pro mundo.

Agradeço aos meus amigos, especialmente Débora e Siê, por terem segurado tantas barras comigo e me apoiado mesmo nos momentos mais desafiadores (sei que não foram poucos). Sem vocês, fazer esse trabalho teria sido infinitamente mais difícil e cursar essa graduação seria interminavelmente menos maravilhoso.

Agradeço ao PET Geografia pela amizade e pelas oportunidades de me desenvolver enquanto geógrafa, com autonomia e cuidado, e, além do campo acadêmico, como comunicadora e articuladora.

Agradeço, por fim, a todas as pessoas que ainda vou conhecer, a todos os lugares aos quais ainda irei e a cada porção de mundo que ainda conhecerei - mal posso esperar por vocês.

Sumário

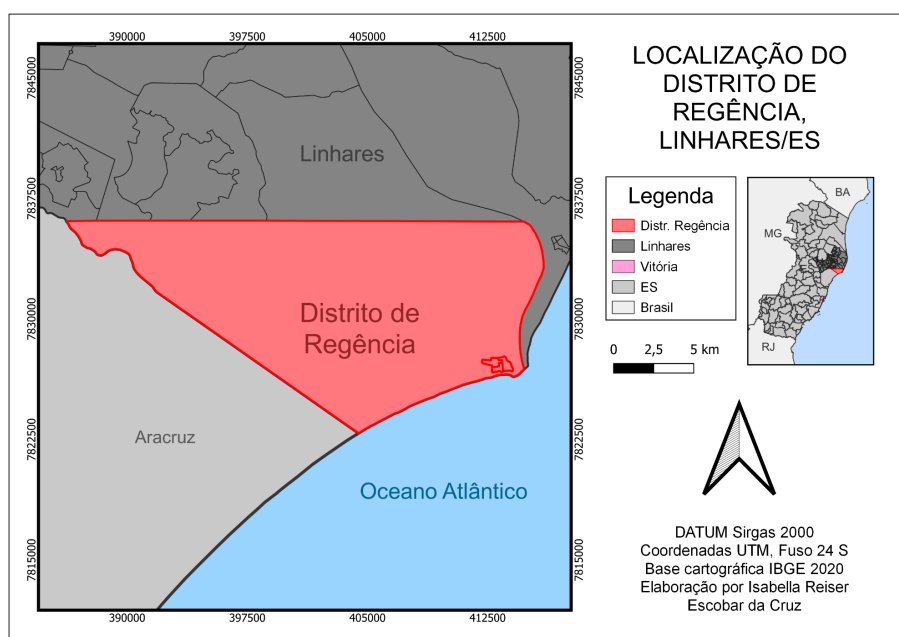
1 Introdução	3
1.1 Justificativa	8
1.2 Objetivos	9
2 Referencial teórico e metodológico	10
2.1 Desastre	11
2.2 Ambiente	15
2.3 Território	17
2.3.1 Território materialista	18
2.3.2 Território idealista	19
2.3.3 Território e história	20
3 Procedimentos e métodos	24
3.1 AAD, origem e pilares	25
3.2 Dispositivos teóricos	26
3.2.1 Discurso	26
3.2.2 Língua e linguagem	26
3.2.3 Sujeito	27
3.2.4 Sentido	27
3.2.5 Formações discursivas	27
3.2.6 Formações ideológicas	28
3.2.7 Memória e interdiscurso	28
3.3 Dispositivos analíticos e procedimentos	28
4 Composição do corpus: categorização de responsabilização, contato com a população e nomenclatura	30
4.1 Caracterização do acontecido	33
4.2 Contato com a população atingida	35
4.3 Responsabilização das empresas	37
5 Retratos do território de Regência, seus habitantes e o rompimento da barragem de Fundão	43
5.1 “Tragédia no Rio Doce: três anos à espera de respostas”	43
5.2 “Cresce para 45 o número de barragens que correm risco de se romper”	47
5.3 “Estou de volta, caro Rio Doce!”	49
5.4 Contextualização histórico-ideológica	51
6 Considerações finais	56
REFERÊNCIAS	59

1 Introdução

De extensa cobertura midiática nacional e internacional, no dia 5 de novembro de 2015 ocorre o que é considerado por muitos especialistas como o maior “desastre natural” na história do Brasil: o rompimento da barragem de Fundão, no município mineiro de Mariana, e o consequente derramamento imediato de 32 milhões de metros cúbicos (posteriormente chegando a 60 milhões de m³) de rejeito de minério de ferro. A barragem pertencia à empresa Samarco S/A, fundada nos anos 70; seus principais acionistas são a Companhia Vale do Rio Doce e a anglo-australiana BHP Billiton, que a controlam através de um *joint-venture*.

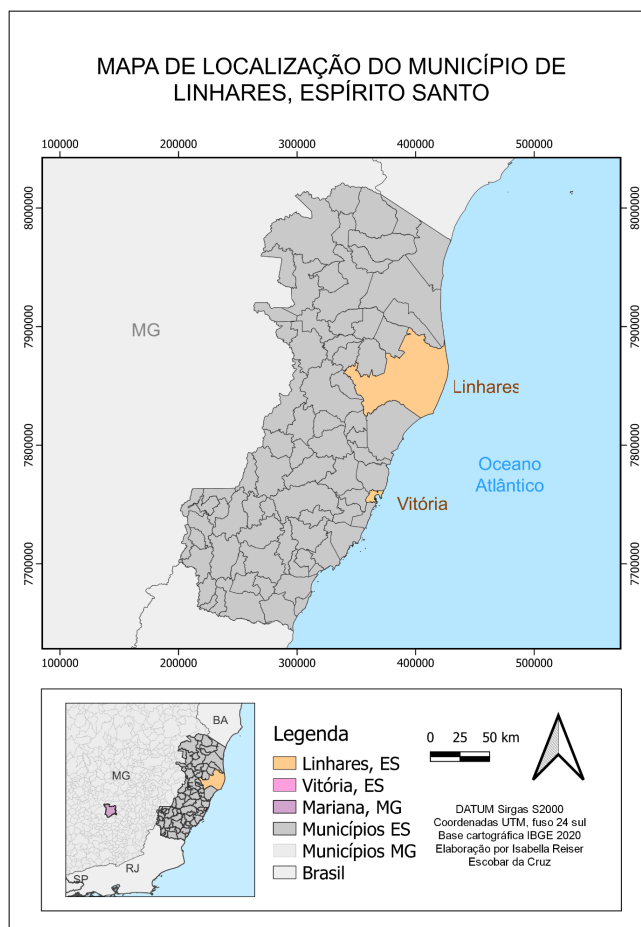
A barragem de Fundão continha aproximadamente 50 milhões de m³ de resíduos formados basicamente por areia e metais e servia para alocar os rejeitos provenientes do processo de extração de minério de ferro do Complexo Minerário Alegria. Ruiu por volta das 16h, fazendo a onda de lama atingir logo à jusante a barragem de Santarém, causando-lhe sérias avarias e transbordo. O tremendo fluxo de lama cobriu o subdistrito de Bento Rodrigues, em Santa Rita Durão, e causou severos danos a mais sete distritos de Mariana/MG, além de contaminar os cursos hídricos de Gualaxo do Norte, do Carmo e o rio Doce.

Mapa 1 - Localização do distrito de Regência



Fonte: Isabella Reiser Escobar da Cruz, 2021.

Mapa 2 - Localização do município de Linhares

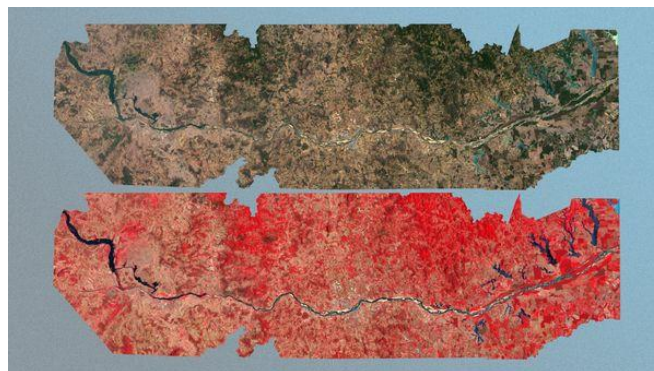


Fonte: Isabella Reiser Escobar da Cruz, 2021.

Dezessete dias após o derramamento, em 21 de novembro, a pluma de 60 milhões de m³ que contaminou o rio Doce percorre cerca de 600 quilômetros e chega à sua foz, que banha o distrito de Regência Augusta, em Linhares/ES, frutificando em um legado de destruição, contaminação, mortes e danos incalculáveis ao meio ambiente e à população. A lama, então, alcança o mar e se estende por outros locais ao longo da costa capixaba. Sedimentos, água e biota são afetados com a contaminação de, principalmente, ferro. Mangues, restingas, praias e unidades de conservação são atingidos irreversivelmente. Segundo informações do Ministério Público Federal (MPF, 2015), “à medida que a lama avançava, sua força inicial foi se dissipando, gerando, nesse trajeto, danos associados à poluição hídrica, mortandade de animais e à interrupção do abastecimento e distribuição de água em vários municípios”.

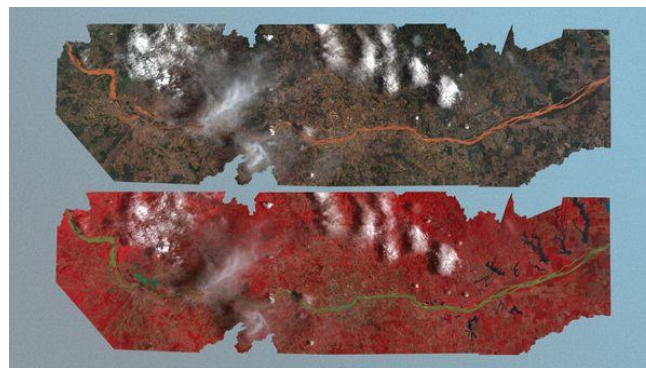
Então a chegada abrupta e desestruturante da onda de rejeitos a Regência culmina em uma crise social aguda decorrente das alterações ambientais, sociais, econômicas, afetivas e culturais. A vila, composta por aproximadamente 1200 habitantes, segundo censo do IBGE de 2010, abriga uma população de baixa escolaridade cuja vida está intimamente atrelada ao rio. Conforme relatório de pesquisa publicado em 2017 pelo Grupo de Estudos e Pesquisa em Populações Pesqueiras e Desenvolvimento no ES (GEPPEDES), a atividade econômica mais comum é a pesca, abarcando 15,5% dos entrevistados, e o consumo de peixe ou marisco ocorria em 98% das famílias, sendo que em 66,6% dos casos era obtido através da pesca por algum familiar. Ainda, 95,8% dos entrevistados afirmou que tomavam banho de rio e/ou mar de 1 a 3 dias da semana; 69,6% relataram que a qualidade da água do Rio Doce após a chegada da lama se torna péssima.

Imagem 1 - Rio Doce pré-contaminação



Rio Doce, trecho de Santa Cruz do Escalvado (MG) até Linhares. As duas imagens, do mesmo dia, mostram o rio antes do rompimento da barragem de Fundão. Fonte: Satélite Landsat/NASA/05.11.2015.

Imagem 2 - Rio Doce pós-contaminação



Rio Doce, trecho de Santa Cruz do Escalvado (MG) até Linhares. Ambas imagens mostram o rio 32 dias após o rompimento da barragem de Fundão. Fonte: Satélite Landsat/NASA/07.12.2015.

O rompimento da barragem de rejeitos de minério resultou em alterações radicais de percepção ambiental dos moradores de Regência. Decorrem prejuízos tremendos às atividades tradicionais na região, como a interdição da pesca em função da possibilidade de contaminação e as relatadas quedas de produtividade de lavouras próximas às áreas de inundação. Há inequívocos prejuízos à qualidade de vida da população e insegurança alimentar, enquanto em contrapartida a empresa e suas controladoras contam com apoio e incentivos do Estado nos territórios onde se instalam: desde o crime, a Vale acumulou mais de dez bilhões de dólares em lucros e houve redução nos investimentos em manutenção de “pilhas e barragens de rejeitos” de 474 milhões de dólares para 202 milhões de dólares (segundo matéria do Le Monde intitulada “Vale: uma empresa financeirizada” publicada em fevereiro de 2019), bem como o valor da empresa no mercado de capitais brasileiro passou de 77 bilhões para 297 bilhões de reais (segundo matéria da Folha de S. Paulo intitulada “Horror em Brumadinho é culpa da Vale, dizem especialistas. Mas o que é a Vale?” publicada em março de 2019).

A chegada abrupta e desestruturante, assim como os acontecimentos subsequentes, fizeram emergir modalidades de ação em escala antes não imaginada (DAS, 1995), culminando em inesperadas formas de interação e comunicação entre os moradores e as redes que os ligam às esferas como Estado, as grandes corporações, a academia, os meios de comunicação e o aparato jurídico-administrativo como um todo. (LEONARDO et al., 2016, p. 31).

Tal crise social, contudo, não se dá como evento isolado circunscrito num espaço-tempo, mas como um evento social que ocorre em cenário nacional e latino americano de intensificação de investimentos extrativos primários voltados para exportação; tanto que, três anos depois, ocorre um novo evento de rompimento de barragem, agora no município de Brumadinho - é inevitável traçar paralelos e reconhecer padrões. Infelizmente, é mais um fato que assevera a atualização do Princípio Potosí (ARÁOZ, 2020), em que, compreendendo algo da geografia desigual que conforma o sistema-mundo capitalista moderno-colonial, acontecimentos catastróficos estão longe de poderem ser considerados acidentes.

Aráoz postula que “ao som das escavações, uma nova onda de *Progresso* se desata sobre *Nossa América*. Seus ímpetos modernizadores sopram de novo com toda a força de seus mistérios” (2020, p. 47) em paralelo a tragédias continuadas de devastação biogeofísica e cultural que de tanto se repetirem se fazem lei: mais um

vazamento de óleo em baía ou rio (como os casos de Guanabara em 2000 e Barigui/Iguaçu, também em 2000), mais um megaincêndio (Ultracargo, Santos, 2015), mais um derramamento de carga tóxica como em Cajamarca no ano 2000, Belo Monte/PA, Santo Antônio e Jirau em Roraima, Correntina/BA e mais tantos exemplos a perder de vista.

A trajetória da mineração e do extrativismo na América Latina deu os contornos da economia colonial, deixando expropriação e morte nas comunidades e nos territórios onde se localizavam esses recursos e constituindo um meio fundamental de acumulação de riquezas em distantes sociedades, com a anuência cúmplice das elites locais. (ARÃOZ, 2020, p.181).

Partindo da compreensão de que tal acontecimento horrendo com potencial de destruição tão fértil não ocorreu de forma isolada, mas sim atendendo a uma tendência que assola o continente, é preciso refletir sobre injustiça ambiental e responsabilização em crimes ambientais, bem como os papéis atribuídos aos culpados e de que forma as populações atingidas são amparadas e retratadas. A natureza da mineração faz dela um foco perene de contaminação para além dos impactos diretos produzidos durante a exploração; os danos à saúde provocados por substâncias poluentes conformam um inventário inesgotável de riscos. A determinação científica dos impactos da mineração para os corpos e a saúde das populações também é um campo conflitivo e abundante.

Intencionando realizar uma leitura da representação do espaço, composto por sistemas de objetos, sistemas de ações e sistemas ideológicos que compõem a trama territorial da vila distrital de Regência, em Linhares/ES, após ser atingida pela pluma de rejeitos da barragem de Fundão, em Mariana/MG, é imprescindível que a análise geográfica pretendida disponha de recursos que permitam a análise de discursos através de instrumentos teóricos e metodológicos para tal. Esta é a proposta deste trabalho: realizar uma reconstrução geohistórica através da análise de discurso das matérias publicadas pelo jornal *A Gazeta* sobre os impactos da contaminação do rio Doce para o distrito de Regência. A linguagem ocupa um papel na formação do mundo cultural de valioso indicador para mapear fenômenos e “a ênfase no emprego de palavras e expressões revela valores e sentimentos comuns expressos em um conjunto de discursos”, segundo Silva e Silva (HEIDRICH e PIRES, 2016).

1.1 Justificativa

Estima-se que a aldeia de Regência tenha sido fundada em 1572 na margem sul da foz do rio Doce por pescadores ribeirinhos. Desses cinco séculos para cá, o distrito apresentou significativo crescimento de ocupação populacional, contando atualmente com cerca de 1200 habitantes (Censo Demográfico do IBGE de 2010) alocados majoritariamente (56,8%) em área urbana. Embora Linhares seja o quinto município mais populoso do Espírito Santo, a essência do distrito de Regência não sofreu grandes alterações: a pesca ribeirinha sempre foi atividade econômica expressiva para seus habitantes e outra boa porção da população trabalha em lavouras de cacau, café e mamão; sua economia é fundamentalmente calcada no setor primário. Nunca houve, portanto, relação alguma entre o distrito de Regência e qualquer tipo de atividade ligada à mineração.

Entretanto, no fim de 2015 a população de Regência se vê profundamente impactada por consequências trágicas da mineração de ferro, atividade que sequer gerou em momento algum retorno financeiro para o distrito. Suas vidas são profundamente tocadas pela contaminação do rio ao qual sempre estiveram ligados.

Sabendo que o extrativismo mineral não é novidade no sudeste - pelo contrário, o próprio nome do estado limítrofe, onde se inicia a tragédia, denota a dimensão da conexão - e que há franca retomada da atividade minerária em diversos outros lugares do Brasil - como no próprio Rio Grande do Sul, visando a extração de carvão -, justifica-se analisar com maior atenção os impactos de tal setor para a população e ambiente. Ainda, justifica-se pesquisar como os impactos são retratados pelas mídias tradicionais, pois é através delas que a larga maioria da população se informa e obtém as bases para formar suas opiniões e cosmovisões do espaço.

Além dos motivos dispostos, de cunho acadêmico e interesse científico, o tema me interessa porque tenho uma relação pessoal com o lugar onde se desdobram os eventos analisados. Embora gaúcha, morei durante oito anos no Espírito Santo, em Vitória e em Vila Velha, dos quatro aos doze anos. Em decorrência disso, desenvolvi uma afeição significativa com o lugar e carrego em mim marcas de lá, dentre as quais muitas me guiam no meu fazer geográfico. Não é exagero dizer que tenho profunda conexão com o território, inclusive com o distrito de Regência, que conheci e visitei diversas vezes antes de ser atingido pela

contaminação das águas do Doce. É por ter essa ligação com o estado e por conhecer e ter testemunhado, mesmo que limitadamente (porque nunca cheguei a viver em Regência e porque ainda não dispunha do olhar crítico que desenvolvi ao longo da graduação, embora já houvesse a curiosidade e a atenção que ainda marcam minha análise), o significado do rio para a população de Regência, que realizo esta pesquisa. Trata-se de um tema que demanda maior cobertura científica e que merece ser retomado na minha vida.

1.2 Objetivos

Este projeto tem como objetivo geral analisar a forma que a injustiça ambiental foi retratada em discurso e conteúdo, buscando marcas do território, tomando como objeto de estudo uma série de matérias publicadas virtualmente pelo jornal *A Gazeta*, sediado em Vitória/ES, ativo desde 1928.

Para consecução deste objetivo principal, a pesquisa se desdobra nos seguintes objetivos específicos:

- Identificar se houve a divulgação e responsabilização dos culpados através da análise de discurso;
- Compreender como a comunidade do distrito de Regência é retratada e contatada pelo jornal através da análise de conteúdo, com atenção à relação territorial;
- Distinguir em quais momentos as matérias jornalísticas se referem ao acontecido como crime ambiental e como desastre natural, observando fatores ambientais indicados.

2 Referencial teórico e metodológico

O mundo em que vivemos está em constante transformação e as paisagens já não são mais as mesmas. Defrontamo-nos com lugares cada vez mais povoados e a constante ampliação da urbanização, áreas naturais recortadas por instrumentos conectores - rodovias, dutos, tubulações, linhas de transmissão - da grande rede civilizatória de M. Santos (1996) ou substituídas por paisagens agrícolas. Empreendimentos que cada vez mais se sobrepõem aos espaços e arranjos antes formados pelos elementos naturais, causando significativa interferência nas dinâmicas e relações até então presentes.

A leitura espacial crítica e bem equipada de conhecimento científico leva à constatação que, ao passo em que a transformação do espaço avança e se intensifica, é preciso que avance também a discussão sobre formas e estratégias de conter processos históricos de grave interferência que resultam em perda de biodiversidade, alteração negativa dos recursos naturais e prejuízo aos grupos sociais implicados. As escaras do rastro de degradação e comprometimento das funções ecológicas que presenciamos denotam alguns pontos interessantes: historicamente, os recursos naturais foram tidos como ilimitados e não se pensava nas variáveis necessárias para sua conservação. A qualidade de vida da humanidade e o equilíbrio do meio constantemente pressupõem a manutenção de aspectos naturais que comumente não são considerados relevantes para o processo de povoamento e urbanização.

Em âmbito mundial verifica-se um aumento de acontecimentos desastrosos de critério supostamente natural. A tendência para expressivo incremento do número de desastres a partir da década de 70 é global, conforme o *Emergency Events Database* (EM-DAT, 2009). Junto a isso, as populações em risco aumentam significativamente, sendo que a maioria delas está em países em desenvolvimento, que historicamente são mais vulneráveis à exposição ao desastre. Em teoria, os perigos de acontecimentos catastróficos ameaçam igualmente qualquer pessoa, mas na prática eles atingem populações mais desfavorecidas devido à maior fragilidade e inadequação da localização de suas moradias, densidade de povoação e por aí vai. Assim, é fácil constatar que as políticas para gerenciamento ambiental voltadas à mitigação e controle de impactos ambientais precisa ser acompanhada do

desenvolvimento social e econômico e criteriosa assistência às populações implicadas.

Munida de todas essas questões, centrais por excelência na discussão de impactos ambientais e desastres, neste capítulo exponho objetivamente uma parcela das leituras e conceitos fundamentais para a execução deste trabalho agora em mãos. Além da delimitação conceitual em si, objetivo abordar, também, aspectos históricos da construção desses conceitos, bem como fragilidades e controvérsias deles.

2.1 Desastre

Aqui, mais do que citar diretamente conceitos dispostos por inúmeros estudiosos, minha intenção é propor uma reflexão acerca do termo *desastre*, suas qualificações, seu uso popular e sua construção. Contudo, não há como refletir propriamente sem antes dispor de algumas alternativas, expostas a seguir.

O Glossário da Defesa Civil Nacional trata desastre como sendo “resultado de eventos adversos, naturais ou provocados pelo homem, sobre um ecossistema (vulnerável), causando danos humanos, materiais e/ou ambientais e consequentes prejuízos econômicos e sociais. A intensidade de um desastre depende da interação entre a magnitude do evento adverso e o grau de vulnerabilidade do sistema receptor afetado” (Castro, 1998, p. 2).

Já a *United Nations Office for Disaster Risk Reduction* (UN-ISDR, 2009) destrincha o termo como “grande perturbação do funcionamento de uma comunidade ou de uma sociedade envolvendo perdas humanas, materiais, econômicas ou ambientais de grande extensão, cujos impactos excedem a capacidade da comunidade ou da sociedade afetada de arcar com seus próprios recursos” (TOMINAGA et al., 2015). Ainda, o Instituto Geológico levanta, no mesmo documento, a possibilidade de classificação dos desastres como *naturais* ou *humanos* (antropogênicos). Os naturais seriam aqueles causados por fenômenos e desequilíbrios de gênese natural além da interferência humana, como de ordem climática - inundações, erosão e escorregamentos provenientes de chuvas intensas, vendavais, tornados e furacões - ou de dinâmica interna terrestre - terremotos, maremotos, vulcanismo e tsunamis. Os humanos ou antropogênicos seriam aqueles

resultantes de relação direta com atividades humanas, como acidentes de trânsito, incêndios urbanos, contaminação de rios, rompimento de barragens etc.

A discussão acerca do conceito de *desastre* dura décadas e parece estar fadada a não encontrar um fim tão cedo; pelo contrário, com o avanço do capitalismo e sofisticação da industrialização, é necessário atermo-nos a questionamentos importantes que cercam tal definição: como delimitar os *desastres ambientais* de forma a desconsiderar acontecimentos próprios do ciclo natural? Como diferenciar um desastre de um crime ambiental? É possível que países em desenvolvimento e países desenvolvidos atinjam um consenso acerca do que é um desastre? Se for possível, faz sentido que exista um consenso?

Desde a Conferência de Estocolmo, em 1972, passando pelos debates internacionais das Conferências das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento, como a Rio 92, chegando aos dias atuais, a conversa continua em decorrência de diversos fatores, mas cabe destacar, antes dos outros, um: não há forma de pensar catástrofes e desastres ambientais sem levar em conta as assimetrias entre o que EUA, países da Europa e do chamado mundo desenvolvido (legado do Clube de Roma) e os países em desenvolvimento (ou seja, os demais, equivalentes à Fundação Bariloche) compreendem como problemas ambientais e, principalmente, como possíveis soluções técnicas e políticas para sanar ou minimizá-los. É fundamental incluir no diálogo questões políticas que diferenciam ambos os pólos radicalmente.

Há, ainda, que se ter em mente a necessidade de restrição do qualitativo “natural” associado a desastre, posto que isso pode perpetuar a confusão acerca do que são eventos naturais, como inundações, terremotos, tempestades, estiagens, erupções, e os desastres propriamente ditos, que costumam ocorrer em decorrência de ações antropogênicas bastante óbvias. É importantíssimo delimitar desastres ambientais ante acontecimentos naturais porque o modo que a comunidade científica classifica e interpreta os desastres influencia a criação de políticas públicas em relação aos instrumentos de mitigação e tratamento dos atingidos, bem como a questões de defesa civil e diversos serviços públicos.

Seria de se esperar que o debate sobre o tema fosse acalorado num país como o Brasil, que intensifica processos industriais dos quais constantemente

decorrem desastres tremendos em nome de um pretenso desenvolvimentismo. Contudo, não é surpresa que o debate não vingue, embora seja de urgência, considerando que o equívoco acerca do termo *desastres naturais* está incrustado no tecido institucional público, na narrativa midiática e no senso comum. Tal equívoco pode em algum momento ter sido fruto de inocente engano, mas seria ingênuo demais desconsiderar toda conveniência atrelada ao alheamento de aspectos políticos e sociais que a qualificação de *natural* atribui aos *desastres*. Infelizmente, os efeitos deletérios dos trabalhos inconclusos e equívocos do conhecimento científico que inspiram e calibram a ação do Estado são sentidos no meio social.

Segundo a base de dados internacional sobre desastres da Universidade Católica de Louvain, Bélgica, entre 2000 e 2007 mais de 1,5 milhões de pessoas foram afetadas por algum tipo de desastre natural no Brasil. Os dados também mostram que, para este mesmo período, ocorreram no país cerca de 36 grandes episódios de enchentes, secas, deslizamentos de terra e o prejuízo econômico gerado por esses eventos é estimado em mais de US\$ 2,5 bilhões. (SANTOS, 2007, p. 10).

Uma ilustração emblemática de tal distorção foi a denominação por parte dos governantes nacionais de mais altas patentes, incluindo a então presidente, do rompimento da barragem de Mariana como desastre “natural”, através do Decreto Presidencial 8.572, de 13 de novembro de 2015: “considera-se também como natural o desastre decorrente do rompimento de barragens que ocasione movimento de massa, com danos a unidades residenciais”. Gravíssima, também, foi a menção do decreto de 12 de novembro de 2015 ao “desastre ocorrido nas barragens de Fundão e de Santarém” como se o desastre fosse apenas o rompimento, desconsiderando as ocorrências em toda bacia hidrográfica do rio Doce. Isso denota despreocupação com a caracterização do ocorrido, caracterização respaldada por toda confusão acerca do adjetivo “natural”.

Valencio (2016) coloca que o “desastre, em essência, é um problema atinente ao meio social”. Daí surge a pergunta central, “qual o processo social que o desencadeou?”. O debate sociológico considera aceitável definir desastre como “uma situação de estresse coletivo relacionada a um acontecimento físico perturbador” (Fritz, 1961. Apud Valencio, 2016). Assim, embora os desastres sejam “distúrbios graves e multidimensionais na rotina de uma dada coletividade” (Quarantelli, 2005. Apud Perry, 2007), os questionamentos em torno dessa situação anormal não podem deixar de considerar o processo normal que a formou. Assim, é

difícil concordar com a racionalidade comum de que forças naturais provocam desastres, pois isso imputa à natureza uma intencionalidade animista, coisa da qual não é dotada.

O adjetivo “natural” na caracterização de acontecimentos como o rompimento da barragem de Mariana e consequente contaminação do rio Doce lesa profundamente aqueles atingidos e prejudicados, já que exime os responsáveis de fato, posto que a culpa do acontecimento advém da fúria da natureza, que não tem personalidade jurídica e não pode responder. Outro qualitativo que também é demasiado deficitário é o de desastre tecnológico, pois limita o desastre puramente a coisas - diques de contenção, substâncias químicas dos rejeitos etc -, desconsiderando todo aspecto social. Em outros acidentes de barragens nacionais tratados como casos de catástrofe tecnológica, discussões minuciosas sobre técnicas avançadas até fragmentar a responsabilidade dos sujeitos (públicos e privados), diluindo a vinculação com a tragédia. (VALENCIO, 2016, p. 42).

No contexto brasileiro, e quiçá americano, a tolerância com as práticas econômicas de grande escala que desconsideram a variável socioambiental propicia as raízes da intensa frequência dessas situações tenebrosas. Assim, a cronicidade do desastre pode ser decorrente da complacência social diante dos processos indutores de tragédias, semeados e prolíferos Brasil afora na figura de megaprojetos imobiliários, agropastoris, extrativos, hidrelétricos, esportivos e similares, mesmo que seja insuportável e injusta para as coletividades afetadas.

2.2 Ambiente

Ambiente é um dos conceitos balizadores da Geografia. Embora por vezes o conceito de ambiente seja considerado equivalente ou sinônimo a outros conceitos do nosso campo, como espaço, paisagem e lugar, nota-se que este conceito expressa um nível de abstração diferenciado dos demais (que também são diferenciados entre si). Tendo em mente a consideração de que a Geografia, desde sua autonomia, preocupa-se em compreender a relação da humanidade com o meio, nossa disciplina se diferencia das demais, que são individualizadas em Ciências Naturais e Sociais. Trata-se de um paradoxo, posto que a tendência à época da Modernidade, período em que a Geografia ganha autonomia como categoria do conhecimento, é de “disjunção, separação, compartimentação do conhecimento; a divisão entre as ciências naturais e as ciências sociais” (SUERTEGARAY, 2000).

Essa inconformidade em relação às demais áreas do conhecimento compôs um desafio para a construção do método geográfico, já que o pretendido é analisar natureza-sociedade (em diversos espaços-tempos, mas este diálogo deixo para mais além no texto) e estas dimensões pareciam requerer métodos diferentes. Atualmente, a ciência da Idade Contemporânea compreende a série de limitações acarretadas pela compartimentação excessivamente rígida do conhecimento, e a transdisciplinaridade da Geografia se configura como trunfo para leitura de mundo.

Assim, ao longo do fazer geográfico, vários conceitos que possibilitam a análise de natureza-sociedade são criados, cada um com foco em algum aspecto específico dessa relação. Daí, a Geografia toma emprestada da Biologia a noção de ambiente, para substituir o meio (*milieu*), que expressa a ideia de “uma unidade de manifestações intercambiáveis”. Ao longo da evolução do conhecimento geográfico, o ambiente perde suas raízes naturalistas e ecológicas e se expressa como a “unidade de diversas manifestações entre si relacionadas, sistema, nos termos que o estruturalismo o redefiniu, organismo” (Aliata e Silvestri, 1994). Esta perspectiva proporciona a opção de lermos o ambiente como algo externo à humanidade (de forma que o ambiente seja um objeto de análise) ou algo do qual a humanidade seja apenas mais um dos inúmeros componentes. Contudo, diversas são as críticas cabíveis ao hábito científico de estudar o ambiente como se a humanidade fosse alheia a ele; retirando a sociedade da análise ambiental, resta-nos o “natural”. A concepção de ambiente implica em considerar os seres humanos como sujeitos das transformações, que proporcionalmente o afetam e por ele são afetados.

Podemos considerar que a Geografia já pensa o ambiente como algo completamente diferente daquilo tido pela Ecologia. Para nós, não apenas a humanidade é um componente natural, mas também “ser social produto e produtor de várias tensões ambientais” (Suertegaray, 2000). Esta oxigenação da concepção de ambiente enquanto uma categoria de análise conjuntiva das duas dimensões que norteiam o fazer geográfico remonta, assim como no caso do conceito de desastre, da intensificação do debate global de questões ambientais nos anos 70, tendo a Geografia brasileira o precursor desse diálogo em Porto-Gonçalves, segundo Suertegaray (2021).

Ajustando as lentes históricas para uma escala mais próxima, nas décadas de 1970 e 1980 o debate ambiental emerge em Porto Alegre, ainda durante a Ditadura Militar. Destacam-se a fundação da Associação Gaúcha de Proteção Ambiental (AGAPAN), em 1971, que mais tarde viria a atingir projeção nacional, e a atuação da União Protetora da Natureza ou União de Proteção à Natureza. Paralelo a isso, são identificados na Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul os primeiros areais, erroneamente identificados como desertos, o que inicia novo debate sobre questões ambientais.

Aqui, começa uma discussão fundamental, na medida em que provoca uma revisão da ideia de impacto ambiental. Dizer que havia desertificação significava, também, dizer que se impunha a natureza do território, que a territorialização, decorrente da expansão da soja, se impõe sobre a natureza “natural”, gerando degradação. No entanto, os estudos sobre arenização revelam que o território da natureza ainda existe e, no caso dos areais, prevalece, ante o desejo dos produtores rurais, que gostariam de que, em seus campos, os areais fossem produtivos. (Suertegaray, 2021, p. 36).

Schaffer e Suertegaray (1988) trazem à tona pertinente questionamento ao tratar do retrospecto da discussão ambiental:

Frente a esta realidade, que envolve a expansão da Ecologia e dos movimentos ecológicos internacionais e nacionais, é que perguntamos: caberia à Geografia ficar alheia a esta discussão? Não estariam os geógrafos, mais uma vez, deixando de enfrentar um dos problemas atuais de tão grande significado para a sociedade, como é esta crise contemporânea entre homens e ambiente? (Schaffer, Suertegaray, 1988, p. 2)

No mesmo texto, Schaffer e Suertegaray procedem aludindo à ideia de que não apenas a Geografia tem legitimidade e arcabouço teórico para lidar com questões ambientais, como não faz sentido delegar a alguma área do conhecimento o “direito” de assumir um tema em detrimento de todas as outras. Não há porquê a Ecologia monopolizar a produção do conhecimento ambiental porque o ambiente não se reduz ao natural, mas engloba o fazer/acontecer social: o ambiental, sobretudo fenômenos de degradação, interfere nas vidas das coletividades, por isso merece e demanda investigação de áreas das ciências humanas, já que sempre envolve processos sociais.

2.3 Território

O debate territorial constitui um dos mais relevantes em Geografia e promove, de certa forma, um diálogo entre todas as ciências preocupadas com a dimensão

espacial da sociedade. Suertegaray (2001) traz que, historicamente, trata-se de um conceito pensado e definido a partir de relações de poder, sendo largamente estudado em Geografia Política, com autores como o determinista Ratzel, que o vinculou ao solo, enquanto espaço ocupado por uma sociedade, vinculado ao domínio de uma determinada área sobre a qual se imprime uma identidade nacional.

Heidrich (1998), por outro lado, trata da constituição do território postulando que a apropriação de um espaço como território o diferencia dos demais, delimitando-o, parcialmente pela necessidade e posse de recursos para sobrevivência e parcialmente pela sua própria ocupação física. No momento de sua delimitação, a defesa do território é feita pelos próprios membros da coletividade ali estabelecida; em outro momento, numa situação em que já há um Estado, em que a população ali fixada não mais se preocupa diretamente com o existir no espaço (porque esse direito é assegurado pelo Estado) mas com a produção de riquezas, aquela relação de domínio direto e dividido com o restante da coletividade sobre o território habitado sai das mãos de cada indivíduo e é centralizada no poder estatal - aí a defesa territorial se volta para a organização e manutenção do poder do Estado.

Há quem fale, também, em complexidades territoriais, sendo o território um campo de forças. Souza (1995) coloca que “territórios são no fundo relações sociais projetadas no espaço”, o que significa que tais espaços são mutáveis e dinâmicos, embora baseados em um substrato material.

A atualização da definição de território avança conforme a Geografia progride, dado que se trata de um conceito que norteia perspectivas analíticas das mais variadas ciências que se debruçam sobre a sociedade, de forma que há um debate (por vezes oculto e truncado) entre a própria Geografia e demais ciências sociais. Haesbaert lembra que a miríade de possibilidades analíticas do território por vezes resulta em discussões que enfatizem seu suposto desaparecimento, principalmente por parte de estudiosos de origem em outras ciências sociais (como a Ciência Política e a Antropologia) além da ciência geográfica, como no caso de Badie, em *O fim dos territórios* (1996), que acredita na mudança de um mundo de territórios para um mundo reticular, “como se fosse nítida a distinção entre estas duas formas de organizar e de pensar o espaço geográfico”. Embora sejam abundantes os estudos sobre o debilitamento ou quase desaparecimento dos territórios (ou da geografia),

Haesbaert defende que isso se dá (bem como no caso dos discursos de "superabundância espacial") em razão de uma confusão conceitual em relação a espaço e território.

Haesbaert inventaria essas diversas concepções de território em dois grandes grupos de referenciais teóricos:

- a) o binômio materialismo e idealismo, em que ocorrem a possibilidade de uma visão mais totalizante e de uma visão mais parcial do território em relação ao vínculo sociedade-natureza ou às dimensões sociais privilegiadas (econômica, política e/ou cultural);
- b) a historicidade do conceito, tratando de sua abrangência histórica ou de seu caráter mais absoluto ou relacional.

O autor nota que a utilização de uma vertente referencial em detrimento da outra depende da posição filosófica do pesquisador, de forma que um marxista, por exemplo, estaria bem mais propenso a se ater a uma noção de território voltada para sua dimensão material (especialmente em sentido econômico).

2.3.1 Território materialista-histórico

Dentro do par materialismo/idealismo, é evidente que a vertente mais difundida é a de uma perspectiva materialista, especialmente no caso de geógrafos críticos, embora não exclusivamente: muitos antropólogos, cujo objeto de análise se preocupa por excelência na dimensão cultural da sociedade, se reportam à dimensão mais concreta deste conceito que utilizam como instrumental analítico. Explicita-se uma ligação do território com natureza, de forma que o território configura mera fonte de recursos, ou "meios materiais de existência". Embora se proponha universalizante, a perspectiva material do conceito denota maior intimidade com sociedades mais tradicionais ou originárias, em que a natureza de fato configura a principal fonte de recursos.

Dependendo das bases tecnológicas do grupo social no território analisado, essa perspectiva material do conceito pode ser bastante adequada, se tratarmos de um grupo muito ligado à terra, no sentido físico, ou de um grupo localizado em áreas particularmente suscetíveis a fenômenos naturais (vulcanismos, abalos sísmicos,

inundações) profundamente reestruturadores - nesses casos, já há autores que falam em uma “desterritorialização natural”.

Negligenciar a relação sociedade-natureza na definição de espaço ou de território infelizmente ainda é corriqueiro, mesmo entre geógrafos experientes. Talvez por uma visão antropocêntrica, é fácil esquecermos a dinâmica da natureza enquanto força não-humana que também interfere na territorialização. Por mais que a técnica e informação tenham avançado vertiginosamente, ainda não se pode falar em uma relação sociedade-natureza em termos de domínio (embora muitas vezes tenhamos essa falsa impressão), mas sim em termos de “negociação”, tendo em mente a imprevisibilidade de inúmeros fenômenos naturais; frisando que em alguns casos isso se revela um dos componentes fundamentais da territorialização.

2.3.2 Território idealista

Godelier (*apud* Haesbert), embora materialista, apresenta na sua concepção de território destacadas nuances de idealismo, ou “apropriação simbólica”: neste postulado de território, há o foco no sentido de que a reivindicação de um grupo ao se apropriar de um território vai além do domínio físico, objetivando principalmente acesso, uso e controle físicos e “invisíveis” (em âmbitos emocional e mental) daquela porção de terra, já que o tangível e o intangível, juntos, “parecem partilhar o domínio das condições de reprodução da vida dos homens, tanto a deles própria quanto a dos recursos dos quais eles dependem” (GODELIER, *apud* HAESBERT, p. 49). Outro aspecto possível ao território idealista é a sua dimensão cultural, atribuindo ênfase aos fluxos e ao movimento em detrimento da lógica cartesiana por trás do estudo acerca de Estados-nações, por exemplo.

Há um conflito entre a lógica estatal e a lógica identitária na interpretação do território decorrente da revalorização da dimensão local que a lógica identitária traz, de forma que essa lógica reforça aspectos simbólicos e de representação. A abordagem mais cartesiana e utilitarista do conceito de território não tem profundidade suficiente para dar conta de explicar boa parte dos conflitos territoriais atuais, então a abordagem idealista de território se mostra muito fértil para esse tipo de análise. Considera-se, também, que povos tradicionais são mais ligados ao espaço de vida não apenas porque dele subsistem, como território-fonte de recursos, mas também porque “ocupam” o espaço de forma mais intensa em

decorrência da apropriação simbólico-religiosa. Em suma, diz-se que o território idealista tem em seu cerne a natureza simbólica das relações sociais, de forma que tal território se configura enquanto poderoso construtor de identidade.

2.3.3 Território e história

O território sob perspectiva histórica pode ser amplo ou restrito, abrangendo toda a história humana ou se relacionando a contextos histórico-sociais específicos, ainda que suponha ser um conceito que integra todas as esferas sociais. Para alguns, o território “compõe de forma indissociável a reprodução dos grupos sociais”, como a noção mais versátil de território, adequada a qualquer tipo de sociedade e em qualquer momento histórico. Aqui podemos tratar de toda história da humanidade e suas relações de disputa de poder, de forma que é imprescindível definir um contexto territorial, posto que o que concebemos como “poder” muda de configuração em razão do período e local.

Contudo, embora haja essas vertentes, atualmente o conceito de território passa por um processo em que é indispensável o entrecruzamento ou até mesmo a sobreposição desses arcabouços teóricos, em nítida correspondência com uma tendência geral do conhecimento geográfico de superar dicotomias; “o território envolvendo, ao mesmo tempo, a dimensão espacial concreta das relações sociais e o conjunto de representações sobre o espaço ou o “imaginário geográfico” que também move essas relações” (HAESBERT, p. 46).

Há, ainda, o debate teórico envolvendo o caráter “absoluto”, em que seria um *a priori*, e o caráter “relacional”, como fruto de relações sociais e/ou de poder. Muitos territorialólogos materialistas simplificam o conceito a uma base espaço-temporal sobre a qual se reproduz a sociedade, ao passo que muitos outros territorialólogos materialistas dialéticos coloquem que o território é uma base espaço-temporal para o desenvolvimento social, mas também tem como um de seus componentes essenciais o conjunto de relações que ali se dão. Destaca-se o trecho em que Souza (1995, p. 97) critica Raffestin:

Ao que parece, Raffestin não explorou suficientemente o veio oferecido por uma abordagem relacional, pois não discerniu que o território não é o substrato, o espaço social em si, mas sim um campo de forças, as relações de poder espacialmente delimitadas e operando, destarte, sobre um substrato referencial. (Sem sombra de dúvida pode o exercício do poder

dependem muito diretamente da organização espacial, das formas espaciais; mas aí falamos dos triunfos espaciais da defesa do território, e não do conceito de território em si.)

Afirma-se que o território é relacional porque incorpora um conjunto de relações sociais e porque envolve uma “relação complexa entre processos sociais e espaço material”. O território não significa apenas origem e enraizamento, limite e fronteira; inclui também a fluidez, as conexões e a dinâmica. O território também é histórico, prescindindo contextualização e que o consideremos como um componente de qualquer grupo social, presente em qualquer período.

...

Os três conceitos aqui dispostos e brevemente analisados balizam a investigação que faço do retrato de impactos em um espaço territorialmente delimitado a partir de um gravíssimo desastre. O desastre, um evento disruptivo sentido em dimensões espacial e social, causador de grande perturbação na natureza e significativos danos às populações atingidas, é o rompimento da barragem de Fundão e a conseqüente contaminação do Rio Doce. O interesse do trabalho é no retrato dos impactos desse desastre, principalmente aqueles de cunho ambiental, que afetem o que compreendemos como a manifestação espacial da vida, isto é, a biosfera e tudo que nela tivermos construído, enquanto participantes dela transformadores e por ela transformados; alguns impactos ambientais notáveis são a alteração da biota do Rio Doce, contaminação da água por substâncias nocivas, interrupção do abastecimento hídrico para populações etc. Essas coisas implicam em profunda transformação do espaço e das pessoas que nele vivem, bem como da relação entre eles, como as relatadas perturbações da pesca ribeirinha tradicional (causando efeitos danosos à subsistência do povo) e a impossibilidade de viver em consonância harmônica com o rio como sempre foi, de forma a tolher e alterar o vínculo multilateral tradicional desse lugar, emaranhando a relação territorial, no que pode ser interpretado até como um nítido processo desterritorializante.

Os três conceitos têm alguns aspectos em comum, mas vou me debruçar sobre dois: todos são conceitos potencialmente ambivalentes, rompendo com a mania de dicotomia e catalogação hiperfixista tão à moda do iluminismo, e todos são conceitos ainda em vias de estabelecimento acadêmico, ao menos no âmbito da

Geografia. Ambos aspectos destacados são curiosos porque apontam ou retomam (de forma sintomática) características que hoje compreendemos como fragilidades no nosso campo do conhecimento.

Em artigo publicado em 2020 pela revista *Ambientes*, Souza investiga um dos motivos por trás do divórcio entre geografia física e geografia humana que leva a um “desinteresse ou ceticismo a propósito da construção de objetos de conhecimento (epistêmicos) ‘híbridos’, os quais combinem conhecimentos oriundos das ciências sociais e naturais”. A construção de objetos de conhecimento “mestiços” seria condição basilar para tratar e contemplar mais adequadamente questões complexas e integradoras como a produção social de desastres. A participação de geógrafos em debates públicos concernentes a temas múltiplos tem sido limitada pela incapacidade do coletivo em superar esse infrutífero binarismo e isso é prejudicial não apenas para a relevância da nossa produção intelectual mas, principalmente, prejudicial para a resolução de muitos desses problemas, posto que quaisquer contribuições que poderíamos fazer para a solução de conflitos ou mitigação de problemas são pouco consideradas, já que não reclamamos enquanto categoria essa responsabilidade e competência.

Parte dessa delonga em superar preconceitos advém de uma das quatro principais rupturas epistemológicas e político-filosóficas da Geografia: a virada crítica ou radical (de base marxiana) da disciplina nas décadas de 1970 e 1980, ocasião em que, por necessidade de aprofundar e adensar a análise crítica da sociedade, muitos geógrafos humanos viraram as costas aos conhecimentos geoecológicos e muitos geógrafos físicos, concomitantemente, aumentaram o distanciamento zeloso cultivado entre pesquisas física e social.

Dos traços mais expoentes da virada crítica, destacam-se a objeção ao positivismo e ao naturalismo, legítimos dogmas científicos aos quais a Geografia aspirou por tantas décadas na esperança de ser reconhecida como uma ciência de marca maior, mesmo que os pretensos modelos absolutos de cientificidade e os ditames de “objetividade”, “neutralidade axiológica”, “precisão quantitativa” e “capacidade preditiva” não funcionassem quando aplicados à pesquisa social (objeto do qual a geografia sempre se preocupou, em maior ou menor grau) ou mesmo à pesquisa natural. Tais ideais falham em nortear análises competentes porque não

são munidos da complexidade necessária para pensar fenômenos das relações intersociais e espaço-sociais. Então, “a natureza foi repensada na qualidade de uma realidade exterior à sociedade humana que, não obstante, é a base da existência e a origem mesma da humanidade” (p. 29). Sob influência do marxismo ocidental, de onde beberam tantos dos geógrafos críticos mais destacados, a ideia de natureza passou a ser declarada como uma espécie de ilusão, derrocando em desvalorização do conhecimento gerado pelas ciências naturais e pela própria Geografia Física.

Meio século após o começo da “virada crítica”, parece consolidado entre muitos geógrafos o preconceito segundo o qual os conhecimentos sobre os fatores, processos e dinâmicas geoecológicos são desimportantes para entender a produção social do espaço geográfico (como se não houvesse condicionamentos, ainda que historicamente relativos, definidos pela litologia, pela topografia, pelos solos e pelas condições climáticas!), uma vez que o que “realmente importa” é compreender os processos sociais e, sobretudo, os desdobramentos da dinâmica da acumulação do capital e da contradição entre capital e trabalho. Mais do que isso, enraizou-se uma convicção torta de que as estratégias metodológicas e as técnicas de pesquisa qualitativas, típicas das ciências sociais, como a etnografia e a análise crítica de discurso, seriam de algum modo incompatíveis com o interesse genuíno pelas estratégias metodológicas da pesquisa geomorfológica, pedológica etc.: estaríamos como que diante de óleo e água, dois universos mutuamente excludentes, e só ingênuos cogitariam combiná-los entre si. (Souza, 2020, p. 23)

Souza finaliza o primeiro tomo do artigo apresentando algumas destacadas conquistas de ambas “áreas” da Geografia, mas questiona (de forma retórica, porque ele próprio se demonstra ao longo do texto bastante convencido de que “não”) se faz sentido que os geógrafos voltem as costas às possibilidades oferecidas pelo diálogo entre ambos saberes. Outros autores expoentes, como Suertegaray e Porto-Gonçalves, acreditam que não, bem como a própria autora do trabalho que tens em mãos. Pelo contrário, para analisar desastres e tantas mazelas da nossa sociedade industrial e neoextrativista, é necessário atentar a ambos aspectos social e natural.

3 Procedimentos e métodos

Sob a intenção de compreender a forma que os impactos ambientais decorrentes do desastre do rompimento da barragem de Fundão são veiculados à população, torna-se fortuita a utilização de um instrumental ainda pouco usual na produção geográfica, mas bastante tradicional em diversas ciências sociais: a análise de discurso; nesse caso, das reportagens do jornal A Gazeta, a partir do referencial teórico e metodológico da Análise de Discurso proposta por Michel Pêcheux, com a qual tive contato através do quarto capítulo do livro “Por uma Geografia Feminista: As Mulheres na Conquista do Território Guajuviras, Canos/RS”, de 2020, da geógrafa Márcia Ivana da Silva Falcão, intitulado “Como as mulheres são representadas? Uma análise de discurso das notícias sobre o Guajuviras”.

As indagações que norteiam a pesquisa, objetivando sanar dúvidas e propor interpretação mais aprofundada de informações amplamente difundidas, figuram em torno de como a injustiça ambiental foi retratada em discurso e conteúdo. Tomando matérias e reportagens de um dos jornais de maior influência no Espírito Santo, busco pistas e evidências que lancem nova luz sobre a representação dos impactos, a divulgação e responsabilização dos culpados, a forma como a comunidade de Regência é retratada, etc. Estas questões serão sanadas em laboriosa análise das matérias e reportagens recortadas por critérios de ano e tema, ou seja, ser de agosto de 2018 a dezembro de 2020 e tratar de “impactos em Regência”.

A Análise de Discurso (AD) é o instrumental que apoia e lastreia a pesquisa geográfica aqui realizada; então, neste capítulo, apresento o escopo da AD, posto que se trata de uma ferramenta conceitual e metodológica com arcabouço teórico próprio e amplamente estudada e utilizada em variadas ciências. Assim, são sucintamente dispostos a seguir os pilares epistemológicos e a história da Análise de Discurso de linha francesa, conforme o levantamento feito por Falcão (2020).

3.1 AAD, origem e pilares

Segundo FALCÃO (2020, p. 69), o filósofo Michel Pêcheux funda a Escola Francesa de Análise de Discurso em 1983, embora seja possível dizer que a produção da metodologia tenha se iniciado ainda na década de 1960, em meio a

profunda efervescência social e política, provocadoras de novas formas de leitura do mundo. Fortemente baseada nos universos teóricos dos estudos da língua e linguística, ciências sociais e psicanálise, a primeira publicação de Pêcheux em menção à AD data de 1966, intitulada *Reflexões sobre a situação teórica das ciências sociais e especialmente da psicologia social*.

“A linguagem é um lugar em que a ideologia se manifesta concretamente” (ORLANDI, 2011, p. 7) resume, de forma contundente, parte do retrabalho efetuado por Pêcheux a partir dos estudos de língua e linguística, partindo da recusa de que seriam entidades abstratas e transparentes, mas que constituem e são constituídas por representações e concepções de mundo. Além disso, Pêcheux também repele a prática dos estudos de linguística de “estudar o texto e/ou enunciado nele mesmo e por ele mesmo excluindo qualquer reflexão sobre sua exterioridade” (BRANDÃO, 2004, p. 13). O contexto de produção de um enunciado deve ser considerado pelo analista, posto que “a linguagem enquanto discurso é interação, é um modo de produção social; ela não é neutra, inocente e nem natural, por isso, o lugar privilegiado de manifestação da ideologia, não podendo ser estudada fora da sociedade, uma vez que os processos que a constituem são histórico-sociais” (ORLANDI, 2009, p. 11).

Já das ciências sociais, Pêcheux acresce à AD a noção histórica e a ideologia, embora também declinando a noção de transparência da linguagem tradicional no materialismo histórico marxista, introduzindo uma compreensão do discurso em que não há discurso sem sujeito. Assim, do amálgama de linguística e tradição marxista, há a análise do discurso em relação ao sujeito (constituído entre o real e simbólico), à moda da psicanálise, afetado pela história.

Assim, não é exagero dizer que a AD é uma disciplina “herdeira de três regiões do conhecimento” (ORLANDI, 2009, p. 20), de natureza multidisciplinar, cujas bases epistemológicas são encontradas na Psicanálise, na Linguística e no Marxismo, ressignificadas frente à necessidade de revelar sentidos nos e dos discursos - entendidos como “o lugar em que se pode observar essa relação entre a língua e ideologia, compreendendo-se como a língua produz sentidos por/para os sujeitos” (ORLANDI, 2009, p. 17).

3.2 Dispositivos teóricos

A dimensão teórica é aquela em AD que se debruça sobre os conceitos estruturantes da análise. Aqui, disponho brevemente os principais dispositivos teóricos.

3.2.1 Discurso

O principal dispositivo teórico da AD, isto é, um dos conceitos estruturantes da análise, é o *discurso*. Textos e enunciados não são estruturas puras e transparentes que guardam sentidos, mas acontecimentos, relações sociais, e é assim que se constituem como discursos. É um “objeto sócio-histórico em que o linguístico intervém como pressuposto” (ORLANDI, 2009, p. 16). Trata-se antes de uma relação entre sujeitos e depois de transmissão de informações. Pêcheux afirmava que “o discurso só pode ser concebido como um processo social” (PÊCHEUX; FUCHS, 1997, p. 179) marcado pela exterioridade, afetado pela ideologia. “O ponto de articulação dos processos ideológicos e dos fenômenos linguísticos” (BRANDÃO, 2004, p. 11).

3.2.2 Língua e linguagem

A língua, em AD, é um acontecimento social munido de sentido e dele empregador a sujeitos e sociedade, mais do que um mero sistema de regras formais e abstratas. “Na análise de discurso, procura-se compreender a língua fazendo sentido, enquanto trabalho simbólico, parte do trabalho social geral, constitutivo do homem e da sua história” (ORLANDI, 2009, p. 15). A língua só faz sentido inserida em contexto, tendo “um sujeito que a proclame dentro de um quadro histórico e social”.

3.2.3 Sujeito

Para a AD, o sujeito é descentrado, conforme Brandão (2004, p. 44): “a contribuição de Pêcheux está no fato de ver nos protagonistas do discurso não a presença física de ‘organismos humanos individuais’, mas a representação de lugares determinados na estrutura de uma formação social”. O sujeito não é uma posição estática, ele se faz sujeito no processo de interpelação pela ideologia, situado social e historicamente, dotado de relações de poder.

Contudo, o sujeito não é somente assujeitado às suas formações discursivas e ideológicas. Ele atua e desliza sentre formações discursivas, sendo por elas afetado, mas também afetando-as com marcas de seus desejos, buscas e incompletudes, (FALCÃO, 2020, p. 86).

3.2.4 Sentido

Os sentidos se realizam no sujeito do discurso, constituem-se no processo discursivo, são deslizantes. Discurso é o espaço em que emergem as significações. É no contexto que o sentido é constituído: “nas relações que tais palavras, expressões ou proposições mantém com outras palavras, expressões ou proposições da mesma formação discursiva” (PÊCHEUX, 1997, p. 161). As mesmas palavras, expressões ou proposições podem produzir diferentes sentidos em diferentes contextos.

3.2.5 Formações discursivas

É o conceito da AD a respeito de “aquilo que, numa determinada formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada [...] determina o que pode e deve ser dito” (PÊCHEUX, 1997, p. 160). Um mesmo discurso pode ter diversas formações discursivas, mas sempre há uma dominante, porque “toda formação discursiva dissimula, pela transparência do sentido que nela se constitui, sua dependência com o ‘todo complexo com dominante’ das formações discursivas, intrincado no complexo das formações ideológicas” (PÊCHEUX, 1997, p. 162).

3.2.6 Formações ideológicas

Falcão (2016) postula que as formações ideológicas são definidas como um conjunto de representações, atitudes e significados relacionados com as condições de produção e reprodução da vida material. Na AD, a ideologia é entendida “como mecanismo estruturante do processo de significação” (ORLANDI, 1997, p. 96). A ideologia é componente do discurso porque faz parte da relação do sujeito com a língua e com a história, é por ela que se estabelece os significados das coisas e dos lugares que ocupamos na sociedade enquanto componentes de classe. “É a ideologia que fornece as evidências pelas quais ‘todo mundo sabe’ o que é um soldado, um operário, um patrão, uma fábrica, uma greve etc., evidências que fazem com que uma palavra ou um enunciado ‘queiram dizer o que realmente

dizem” (PÊCHEUX, 1997, p. 160). Não há sujeitos sem ideologia e os discursos a materializam.

3.2.7 Memória e interdiscurso

A memória discursiva, por natureza uma memória social, é composta por sistemas de signos e significados delimitados pelas formações ideológicas e discursivas às quais se filia o sujeito. “A memória - o interdiscurso, como definimos na AD - é o saber discursivo que faz com que, ao falarmos, nossas palavras façam sentido. Ela se constitui pelo já dito” (ORLANDI, 1999, p. 64).

3.3 Dispositivos analíticos e procedimentos

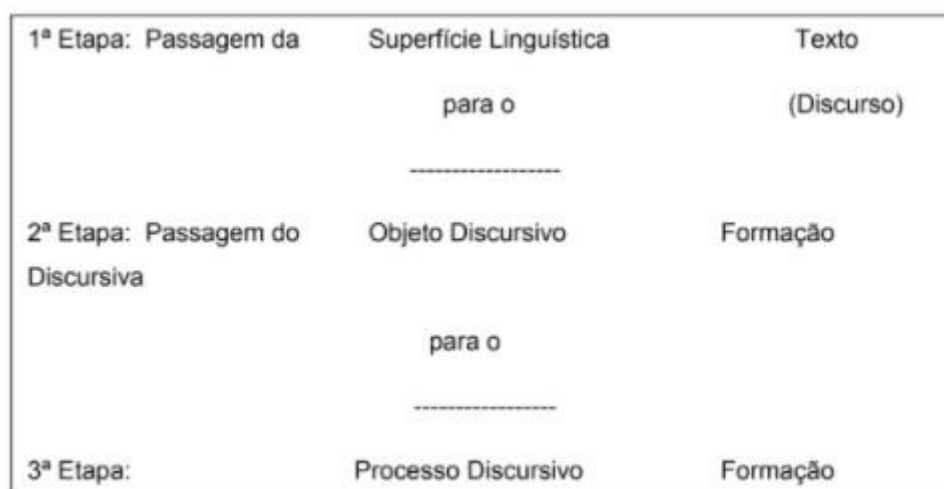
O referencial para esta tarefa é o livro *Análise do Discurso: Princípios e Procedimentos*, de Eni Orlandi (1997). A AD é um dispositivo teórico e metodológico muito fértil para compreender os discursos que atuam na produção do espaço e território e, neste trabalho, serve para analisar como os impactos do rompimento da barragem de Fundão repercutidos no território distrital de Regência são apresentados para a população do ES pelo jornal *A Gazeta*.

Orlandi traz que é necessário colocar-se em estado contemplativo ao praticar a análise de discurso, praticando a escuta discursiva (p. 60), de forma que as “lentes e ouvidos” sejam o dispositivo teórico. Não podemos ignorar que a condição do analista de discurso nunca é neutra porque não o é a prática científica, então resulta que a AD é um instrumental para diversas possíveis interpretações. Um mesmo texto pode ser lido de forma crítica e levar a miríades de conclusões em que as informações, pistas e evidências ali dispostas iluminem variadas dimensões ou ângulos. A AD não pretende buscar a “verdade”, mas novas facetas de um dado objeto que revelem sentidos múltiplos.

O exercício da AD se dá sob um *corpus* discursivo concreto, podendo aparecer sob variadas formas de linguagem (passando de textos escritos até música, imagem e entrevistas). A primeira etapa do procedimento analítico é a delimitação do *corpus*, definida pelo interesse da pesquisa do analista, o desenho da superfície linguística. A segunda etapa, na qual se dá a conversão em objeto discursivo, é o mapeamento das condições de produção do discurso ali contido, possibilitando a compreensão do seu contexto de criação: imediatamente foca em

quem diz, onde, quando, para quem diz e em seguida a posição do sujeito, as formações discursivas que podem apontar a “formação ideológica que rege essa relação” (p.78). Na terceira etapa, ocorre a análise do discurso enquanto processo discursivo, atentando à contextualização ideológica e histórica e identificando gestos de interpretação e produção de sentidos. O quadro abaixo apresenta uma síntese visual das três etapas da AD conforme Orlandi (p. 77):

Imagem 3 - Etapas da Análise de Discurso



Fonte: FALCÃO, 2020, p 89.

4 Composição do *corpus*: categorização de responsabilização, contato com a população e nomenclatura

Compreendido o papel da linguagem na formação do mundo cultural, ajudando a produzi-lo (SILVA & SILVA, in HEIDRICH & PIRES, 2016, p. 304), parto para o exercício de análise de discurso com a intenção de sanar dúvidas a respeito da representação dos impactos da contaminação do Rio Doce para o distrito de Regência, numa espécie de reconstrução geohistórica a partir de recortes do jornal A Gazeta.

Para o primeiro passo, foi necessário selecionar uma série de matérias publicadas virtualmente pelo jornal, às quais pergunto em primeiro momento se referenciam, de alguma forma, o rompimento da barragem de Mariana e a contaminação do Rio. Para isso, acessei o site do jornal e, na ferramenta de busca, procurei pelo termo “Regência”, utilizando filtro de data. Como a produção diária de notícias do jornal por via digital só inicia em meados de 2018 (passando a ser exclusivamente digital em setembro de 2019), optei por notícias publicadas entre 01 de janeiro de 2018 até 31 de dezembro de 2020.

O portal virtual mostra 294 resultados para “Regência” (muitos falando sobre as orquestras e corais do estado), dos quais, após leitura de cada uma das quase 300 matérias, apenas 37 citam o desastre (a primeira no começo de setembro de 2018 e a última no fim de novembro de 2020). Este foi o segundo passo da composição do corpus discursivo, a leitura e catalogação das matérias, perguntando-as se fazem referência ao acontecido (rompimento da barragem de Fundão e/ou contaminação do Rio Doce). Das duas etapas, resulta a seguinte tabela:

Tabela 1 - Títulos e datas de publicação das matérias

Número	Título	Data de publicação
1	Os últimos dias foram de fortes emoções e perdas inestimáveis	06/09/2018
2	Tragédia no Rio Doce: três anos à espera de respostas	03/11/2018
3	Três anos da lama: Após tragédia no Rio Doce, Regência fica dividida	03/11/2018

4	Exposição sobre maior tragédia ambiental do país chega a Vitória	05/11/2018
5	Rio Doce: as mulheres que perderam renda e agora dependem dos maridos	05/11/2018
6	Cresce para 45 o número de barragens que correm risco de se romper	19/11/2018
7	Rio Doce: 3 anos depois, população ainda sofre	25/01/2019
8	A tragédia de Brumadinho pelos olhos de quem já sofreu e ainda sofre	28/01/2019
9	Manifestantes fazem protesto em frente à portaria da Vale em Vitória	01/02/2019
10	Defensoria teme paralisação de ações para atingidos pelo desastre em Mariana	02/02/2019
11	Filme de jovem diretor capixaba será exibido em festival na Suíça	03/04/2019
12	Rio Doce está na rota da lama caso mina se rompa em Minas Gerais	19/05/2019
13	Em caso de rompimento em Barão de Cocais, Rio Doce está na rota da lama	19/05/2019
14	Poluído, trecho da foz do Rio Doce está impróprio para banho	03/09/2019
15	Caro Rio Doce, como é bom revê-lo!	16/10/2019
16	Estou de volta, caro Rio Doce!	16/10/2019
17	No rio, no mar e em todo lugar	17/10/2019
18	Até mais... - editada em 23/01/2020	17/10/2019
19	Renova sobre Rio Doce: "Não há reparação que reconstrua vidas" - editada em 23/10/2019	22/10/2019
20	Após 4 anos, contaminação da lama no Rio Doce e Regência está maior	30/10/2019
21	Mais de 50% das espécies de peixes do Rio Doce não são mais encontradas	03/11/2019
22	Após Mariana, aprovar ecocídio é uma resposta à sociedade	05/11/2019
23	Da lama ao óleo, persistem as irresponsabilidades ambientais	05/11/2019
24	Pescadores buscam alternativas para sobreviver sem a pesca em Regência	05/11/2019
25	Destruição das nossas praias é uma tragédia antiga	07/11/2019
26	Na foz do Rio Doce, pescadores temem que óleo agrave tragédia	09/11/2019
27	"O Rio Doce não está morto, mas contaminação é crônica" diz pesquisador	02/12/2019

28	DNA Ambiental: técnica identifica 123 espécies no Rio Doce	02/12/2019
29	1,8 mil pescadores capixabas terão direito ao auxílio emergencial do Governo Federal	04/12/2019
30	Chuva pode ter levado mais rejeitos de minério para a foz do Rio Doce	30/01/2020
31	Municípios do ES afetados por rejeitos de barragem vão receber R\$ 460 milhões	07/02/2020
32	20 filmes capixabas para assistir na internet durante a quarentena - editada em 01/04/2020	30/03/2020
33	ES vai receber R\$ 422 milhões para obras de infraestrutura na Bacia do Doce	04/08/2020
34	Fundação Renova repassa R\$ 365 milhões para vias de acesso à foz do Rio Doce - editada em 13/08/2020	12/08/2020
35	Desastre de Mariana: o que a sociedade precisa saber	15/09/2020
36	O que muda para o ES com a nova lei de segurança para barragens	16/09/2020
37	Há 5 anos, a lama de rejeitos de mineração chegava à foz do Rio Doce	20/11/2020

Relação de matérias do jornal A Gazeta dos anos de 2018 a 2020 que mencionam o rompimento da barragem de Fundão ou a contaminação do Rio Doce.

Fonte: Isabella Reiser Escobar da Cruz, 2021.

Em seguida, realizo uma segunda leitura das 37 matérias, de forma a criar espécie de categorização preliminar acerca delas com a finalidade de identificar pontos em comum, bem como elementos que as diferenciem entre si, conforme dispuseram SILVA e SILVA (2016): “A categorização é o processo através do qual o pesquisador atribui sentidos a passagens do documento. [...] A criação do conjunto de categorias que servirá de parâmetro para a análise depende, obviamente, da questão central que a pesquisa se propõe a responder, contudo a pesquisa também deve estar aberta ao radicalmente novo, que pode vir dos documentos encontrados ou produzidos” p. 314.

4.1 Caracterização do acontecido

Assim, interessada em compreender como as matérias veiculam o acontecimento, atendendo ao terceiro objetivo que me propus, resulta que, nas trinta e sete matérias lidas, o acontecido é chamado quinze vezes de “tragédia”, nove

vezes de “desastre”, sete vezes de “rompimento de barragem”, seis de “desastre ambiental”. Também aparecem três vezes ou menos os termos “tragédia ambiental”, “acidente”, “crime ambiental”, “ecocídio”, “tsunami”, “catástrofe ambiental” e “destruição do Rio Doce”.

Imagem 4 - Recorte de manchete

Meio ambiente

Após Mariana, aprovar ecocídio é uma resposta à sociedade

Quatro anos após a tragédia que matou o Rio Doce, projeto que prevê pena de reclusão de 4 a 12 anos para os responsáveis por desastres ambientais é importante bandeira para o país

Publicado em 05/11/2019 às 04h00

Atualizado em 05/11/2019 às 04h01



Recorte de manchete de reportagem de 05/11/2019. Fonte: jornal A Gazeta.

Imagem 5 - Recorte de manchete

Vazamento de óleo

Na foz do Rio Doce, pescadores temem que óleo agrave tragédia

Espírito Santo criou comitê de emergência para monitorar a costa

Publicado em 09/11/2019 às 18h44



Recorte de manchete da reportagem de 09/11/2019. Fonte: jornal A Gazeta.

Há, ainda, uma matéria que cita o rompimento da barragem de Fundão sem tratar diretamente dele: fala sobre uma manifestação em frente à sede de Vitória da empresa Vale após o rompimento da barragem de Brumadinho, onde atingidos pelo grande rompimento anterior se solidarizam às vítimas do mais recente.

Imagem 6 - Recorte de matéria

De acordo com o organizador da vigília e coordenador do Movimento dos Atingidos por Barragem (MAB), Heider Boza, havia pelo menos 100 pessoas no local. A portaria da Vale foi fechada para evitar que os manifestantes entrassem na empresa.



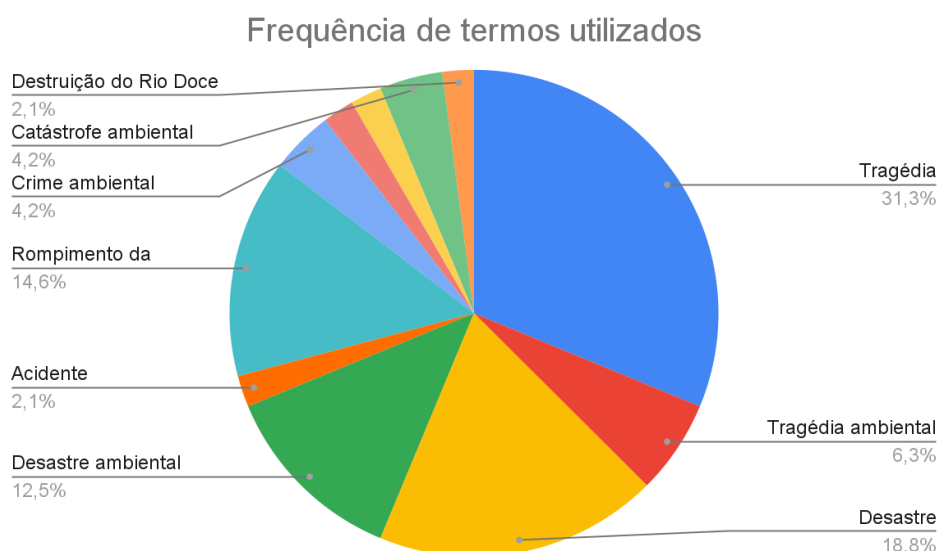
00:01:54

Manifestantes fazem protesto em frente à portaria da Vale em Vitória

"Eles (manifestantes) estão vindo em solidariedade aos outros atingidos. Eles passaram pelo problema similar e, infelizmente, estão vivendo esse drama há 3 anos. Estão se solidarizando com quem vai viver esse drama agora", disse.

Recorte de reportagem de 01/02/2019 intitulada "Manifestantes fazem protesto em frente à portaria da Vale em Vitória". Fonte: jornal A Gazeta.

Gráfico 1 - Termos utilizados



Frequência dos onze termos identificados nas 37 matérias do jornal A Gazeta a respeito do rompimento da barragem de Fundão. Fonte: Isabella Reiser Escobar da Cruz, 2021.

O gráfico acima dispõe em componente visual a distribuição da frequência de uso de termos bastante variados. Embora nenhum deles esteja fundamentalmente errado, à exceção de "tsunami", a gama de sentidos interpretativos que abrangem é

ampla. O problema disso é que o uso de alguns, ao pautarmos o caráter natural ou o caráter catastrófico de seus significados, pode levar à atenuação da responsabilidade das empresas que controlavam a barragem, induzindo, de certa forma, o público leitor a compreender o que aconteceu como algo inevitável, sendo que se trata de um acontecimento decorrente de ações antropogênicas (ou a ausência de ações, posto que sucede de negligência).

4.2 Contato com a população atingida

No que tange ao segundo objetivo proposto, a respeito de como a população é representada nas matérias, oito notícias se preocupam em retratá-la e apresentam trechos de falas de moradores de Regência, das quais cinco são publicações feitas perto da data do rompimento da barragem (no total, nove das trinta e sete publicações são feitas durante a primeira dezena de novembro). São trinta e uma pessoas entrevistadas nas oito reportagens, das quais dezoito são homens e treze são mulheres. Ainda, catorze pessoas são pescadores(as), totalizando 48,4% de todos entrevistados.

Imagem 7 - Recorte de matéria

“Quando seremos liberados para voltar a pescar no **Rio Doce**? Eu tinha minha rotina de todo dia levantar cedo, colocar minha rede, que era meu ganha pão, e hoje fico com essa dúvida: qual dia que a minha vida vai voltar a ser normal?”. Esse é o desabafo do pescador Lezil Brisson, morador da Vila de Regência, em Linhares, que após 4 anos, ainda espera uma resposta sobre a qualidade da água do Rio Doce, principal atingido pela lama de rejeitos de minério da **Samarco** após o rompimento da barragem de Fundão, em Mariana, Minas Gerais, em 5 de novembro de 2015.

Recorte de matéria do jornal A Gazeta intitulada “Pescadores buscam alternativas para sobreviver sem a pesca em Regência”, publicada em 05/11/2019. Fonte: jornal A Gazeta.

Ademais, outras oito notícias falam sobre a população de Regência sem, contudo, dispor algum trecho de entrevista, dando a entender que possivelmente não tenha havido contato entre jornalistas e população no momento da elaboração das matérias. As 21 matérias restantes não se preocupam em citar a população de Regência, por mais que tratem de temas concernentes a ela, passando de matérias sobre estudos acerca de consequências para o meio biofísico até notícias sobre

medidas mitigatórias, como o repasse de verba da Fundação Renova para obras de infraestrutura na região.

Gráfico 2 - Ocupações dos entrevistados



Porcentagem para cada profissão. ASPI é a Associação dos Pescadores de Itaúnas, ACR é a Associação de Comerciantes de Regência, MAB é o Movimento dos Atingidos por Barragens e ASPER é a Associação de Pescadores de Regência. Fonte: Isabella Reiser Escobar da Cruz, 2021.

4.3 Responsabilização das empresas

Por fim, observando o primeiro ponto de foco estabelecido nos primórdios da pesquisa, busco compreender se as notícias do jornal A Gazeta veiculam de forma nítida a informação de que as empresas réis Samarco Mineração, Vale S.A. e BHP Billiton, são responsáveis pela barragem que ruiu (posto que, conforme Relatório sobre as Causas Imediatas da Ruptura da Barragem de Fundão publicado em 2016, as três empresas sabiam de riscos pré-existentes que viriam a ser motivos para ruptura da barragem).

Atendendo a este quesito, identifico que quinze das trinta e sete notícias apontam a Samarco como responsável pela barragem, sete apontam as três empresas como responsáveis, quatro são ambíguas e não atribuem

responsabilidade direta às empresas, embora as citem, e dez notícias sequer mencionam alguma das três empresas, realizando a proeza de fazer passar incólumes os nomes das três principais encarregadas do desastre. Digno de destaque, também, os fatos de que apenas uma das 37 notícias identifica e retrata as três empresas como réis, o que diz muito sobre a posicionalidade geral das pessoas que assinam as matérias, e que quatro matérias fazem parte de um especial publicitário da Fundação Renova, organização sem fins lucrativos fundada a partir do Termo de Transação e Ajustamento de Conduta firmado entre “IBAMA, ICMBio, ANA, órgãos estaduais e municipais, as empresas Samarco, Vale e BHP, representantes de comitês de bacias” (Fundação Renova, 2021).

Imagem 8 - Recorte de matéria

Um investimento de R\$ 460 milhões será feito em 10 municípios capixabas para melhorias de estradas e escolas das regiões afetadas pelo rompimento da barragem de Fundão, em Mariana (MG), há pouco mais de três anos. Os recursos são provenientes da Fundação Renova, entidade criada pela Samarco, Vale e BHP Billiton após o desastre em novembro de 2015, como forma de compensação pelos danos causados.

Trecho de notícia intitulada “Municípios do ES afetados por rejeitos de barragem vão receber R\$ 460 milhões”, publicada em 07/02/2020. Fonte: jornal A Gazeta.

Gráfico 3 - Responsabilização das empresas



Porcentagem de notícias que responsabilizam ou não as empresas. Fonte: Isabella Reiser Escobar da Cruz, 2021.

Enfim, observados os três aspectos de interesse da análise e classificadas as 37 matérias quanto a como cada uma se posiciona acerca desses três fatores: ou seja, a) se responsabilizam as empresas, são ambíguas ou não responsabilizam; b) se contatam a comunidade atingida ou não; c) se caracterizam o acontecido como desastre, tragédia ou acidente, seleciono quatro matérias de onde recorto os trechos mais significativos que, por sua vez, passam a ser o corpus discursivo em que será efetuada a operação de AD. O critério para escolha das matérias foi observar quais poderiam apresentar mais formações discursivas e formações ideológicas, portanto busquei:

- a) uma matéria que citasse uma ou mais empresas como responsáveis pela barragem e pelo rompimento dela, que apresentasse trechos de falas da população atingida e que usasse nomenclatura correta (desastre) para o acontecimento;
- b) uma matéria que fosse ambígua no que tange à responsabilização das empresas, não necessariamente citasse a população atingida e não necessariamente usasse a nomenclatura correta para o acontecido;
- c) uma matéria que não responsabilizasse as empresas, não citasse a população e não necessariamente usasse a nomenclatura errada para o acontecido.

Especialmente fortuito foi o fato de, coincidentemente, as quatro matérias que fazem parte do especial publicitário da Fundação Renova não fazerem menção a nenhuma das três empresas responsáveis pela barragem de Fundão. Tecnicamente as quatro se enquadram nos requisitos necessários para atender à matéria que não atribuísse responsabilidade às empresas e não citasse a população, portanto escolhi uma delas para cumprir essa função. Abaixo deixo uma tabela com a relação de todas as matérias congregadas para o trabalho com classificações quanto aos três principais fatores de interesse. As quatro matérias destacadas de onde extraio o *corpus* discursivo para exame atento estão marcadas em cinza.

Tabela 2 - Títulos, datas e categorização quanto a responsabilização, contato com comunidade e termos utilizados

Número	Título	Data	Responsabiliza as empresas	Contata a comunidade	Se refere ao acontecido como
1	Os últimos dias foram de fortes emoções e perdas inestimáveis	06/09/18	Sim, cita a Samarco	Não cita a população	Tragédia
2	Tragédia no Rio Doce: três anos à espera de respostas	03/11/18	Sim, cita as três	Cita a população e expõe falas	Desastre, tragédia e tragédia ambiental
3	Três anos da lama: Após tragédia no Rio Doce, Regência fica dividida	03/11/18	Sim, cita as três	Cita a população e expõe falas	Desastre, tragédia
4	Exposição sobre maior tragédia ambiental do país chega a Vitória	05/11/18	Ambíguo, Samarco	Não cita a população	Tragédia ambiental
5	Rio Doce: as mulheres que perderam renda e agora dependem dos maridos	05/11/18	Ambíguo, três	Cita a população e expõe falas	Desastre, desastre ambiental, tragédia e tragédia ambiental
6	Cresce para 45 o número de barragens que correm risco de se romper	19/11/18	Ambíguo, três	Não cita a população	Desastre ambiental e tragédia
7	Rio Doce: 3 anos depois, população ainda sofre	25/01/19	Sim, cita as três	Cita a população e expõe falas	Desastre, tragédia
8	A tragédia de Brumadinho pelos olhos de quem já sofreu e ainda sofre	28/01/19	Ambíguo, Vale	Cita a população e expõe falas	Desastre, tragédia
9	Manifestantes fazem protesto em frente à portaria da Vale em Vitória	01/02/19	Não, mas cita a fala de um manifestante que responsabiliza a Vale pelo rompimento da barragem de Brumadinho	Não, apenas manifestante do MAB e um bispo	Não se refere
10	Defensoria teme paralisação de ações para atingidos pelo desastre em Mariana	02/02/19	Sim, cita as três	Cita a população	Desastre
11	Filme de jovem diretor capixaba será exibido em festival na Suíça	03/04/19	Não	Não cita a população	Tragédia
12	Rio Doce está na rota da lama caso mina se rompa em Minas Gerais	19/05/19	Não	Não cita a população	Tragédia

13	Em caso de rompimento em Barão de Cocais, Rio Doce está na rota da lama	19/05/19	Não	Não cita a população	Tragédia
14	Poluído, trecho da foz do Rio Doce está impróprio para banho	03/09/19	Não	Não cita a população	Acidente
15	Caro Rio Doce, como é bom revê-lo!	16/10/19	Não	Não cita a população	Desastre
16	Estou de volta, caro Rio Doce!	16/10/19	Não	Não cita a população	Rompimento da barragem de Fundão
17	No rio, no mar e em todo lugar	17/10/19	Não	Não cita a população	Rompimento da barragem de Fundão
18	Até mais... - editada em 23/01/2020	17/10/19	Não	Cita a população	Rompimento da barragem de Fundão
19	Renova sobre Rio Doce: "Não há reparação que reconstrua vidas" - editada em 23/10/2019	22/10/19	Sim, cita a Samarco	Cita a população	Crime ambiental
20	Após 4 anos, contaminação da lama no Rio Doce e Regência está maior	30/10/19	Sim, cita a Samarco	Não cita a população	Desastre ambiental
21	Mais de 50% das espécies de peixes do Rio Doce não são mais encontradas	03/11/19	Sim, cita a Samarco	Não cita a população	Tsunami
22	Após Mariana, aprovar ecocídio é uma resposta à sociedade	05/11/19	Sim, cita a Samarco	Não cita a população	Crime ambiental, ecocídio e tragédia
23	Da lama ao óleo, persistem as irresponsabilidades ambientais	05/11/19	Sim, cita a Samarco	Não cita a população	Catástrofe ambiental
24	Pescadores buscam alternativas para sobreviver sem a pesca em Regência	05/11/19	Sim, cita a Samarco	Cita a população e expõe falas	Tragédia
25	Destruição das nossas praias é uma tragédia antiga	07/11/19	Sim, cita a Samarco	Não cita a população	Catástrofe ambiental
26	Na foz do Rio Doce, pescadores temem que óleo agrave tragédia	09/11/19	Sim, cita as três	Cita a população e expõe falas	Tragédia
27	"O Rio Doce não está morto, mas contaminação é crônica" diz pesquisador	02/12/19	Sim, cita a Samarco	Não cita a população	Rompimento da barragem de Fundão
28	DNA Ambiental: técnica identifica 123 espécies no Rio Doce	02/12/19	Sim, cita a Samarco	Não cita a população	Rompimento da barragem de Fundão
29	1,8 mil pescadores capixabas terão direito ao auxílio emergencial do Governo Federal	04/12/19	Sim, cita a Samarco	Cita a população e expõe falas	Tragédia
30	Chuva pode ter levado mais	30/01/20	Sim, cita a	Cita a população	Desastre

	rejeitos de minério para a foz do Rio Doce		Samarco		ambiental
31	Municípios do ES afetados por rejeitos de barragem vão receber R\$ 460 milhões	07/02/20	Sim, cita as três	Cita a população	Desastre
32	20 filmes capixabas para assistir na internet durante a quarentena - editada em 01/04/2020	30/03/20	Não	Não cita a população	Destruição do Rio Doce, tragédia de Mariana
33	ES vai receber R\$ 422 milhões para obras de infraestrutura na Bacia do Doce	04/08/20	Sim, cita a Samarco	Cita a população	Rompimento da barragem de Fundão
34	Fundação Renova repassa R\$ 365 milhões para vias de acesso à foz do Rio Doce - editada em 13/08/2020	12/08/20	Não	Não cita a população	Rompimento da barragem de Fundão
35	Desastre de Mariana: o que a sociedade precisa saber	15/09/20	Sim, cita as três	Cita a população	Desastre ambiental
36	O que muda para o ES com a nova lei de segurança para barragens	16/09/20	Sim, cita a Samarco	Não cita a população	Desastre
37	Há 5 anos, a lama de rejeitos de mineração chegava à foz do Rio Doce	20/11/20	Sim, cita a Samarco	Cita a população	Desastre ambiental

Relação de matérias do jornal A Gazeta dos anos de 2018 a 2020 que mencionam o rompimento da barragem de Fundão ou a contaminação do Rio Doce com categorizações de responsabilização das empresas, contato com a comunidade atingida e nomenclatura utilizada para referir ao acontecido.

Fonte: Isabella Reiser Escobar da Cruz, 2021.

5 Retratos do território de Regência, seus habitantes e o rompimento da barragem de Fundão

O art. 4º do Código de Ética dos Jornalistas postula que “a apresentação de informações pelas instituições públicas, privadas e particulares, cujas atividades produzam efeito na vida em sociedade, é uma obrigação social” (2013). Os profissionais dessa área têm a liberdade de suas falas amparada pela legislação brasileira e legitimada pela sociedade, de forma que cumprem a função social de informar à população. São falas, no entanto, carregadas de linguagem, conteúdo e forma (e consideradas aptas pela diretriz editorial) que dialogam com seu público leitor, baseadas em sentidos compartilhados com tal público.

Não é, contudo, com o nome e sobrenome que assinam uma matéria que se preocupa a Análise de Discurso, mas sim o *sujeito social falante* jornalista que o profere, no sentido de que *quem fala* é uma das condições imediatas de produção do discurso, bem como *de onde fala, de quem fala e para quem fala*. “Na análise, importa a forma-sujeito que se faz no ato do discurso” (FALCÃO, p. 84). Especificamente, a análise aqui feita se encarrega de observar pistas sobre o retrato do território de Regência e seus habitantes através das notícias, indícios de que a informação veiculada aborda o rompimento da barragem de Fundão como um desastre que, embora de caráter trágico, é antes de tudo criminoso (tendo em conta que foi comprovado que as três empresas responsáveis por gerir a barragem sabiam dos problemas que a levaram a colapsar e não tomaram atitude ante os riscos, conforme o Relatório sobre as Causas Imediatas da Ruptura da Barragem de Fundão, elaborado pelo Comitê de Especialistas para Análise da Ruptura da Barragem de Rejeitos de Fundão, publicado em 2016).

5.1 “Tragédia no Rio Doce: três anos à espera de respostas”

A primeira matéria analisada, publicada no dia 03/11/2018, trata da situação dos moradores de municípios ao longo do rio após três anos do rompimento da barragem e conseqüente contaminação do rio. Estruturada em seis momentos, a matéria dedica-se a falar sobre os atingidos, os resultados da Fundação Renova, o percurso de contaminação do rio, o desastre em si e a indenização dos atingidos. Uma das primeiras coisas mencionadas na matéria é o fato de o poder público e as

“empresas responsáveis pelo desastre” não terem dado respostas satisfatórias às necessidades dos atingidos, até então.

Em seguida, o texto procede a falar sobre quem são os atingidos, citando pescadores de Colatina, município no noroeste do ES, bem como a peixaria por eles ocupada há 32 anos que, agora, era desfeita, apesar de ser um lugar tradicional da cidade, devido à diminuição das vendas decorrente da falta de confiança da população na segurança do consumo do pescado ribeirinho. O desmonte, entretanto, não ocorre sem antes haver muita persistência dos pescadores, que tentaram durante três anos comercializar seu produto, até que a Prefeitura Municipal pede de volta o imóvel, conquistado com muita luta. “Mas, ao mesmo tempo que o desmanche ia ocorrendo, mais um símbolo dos pescadores chegava ao fim”, pontua a matéria.

Imagem 9 - Recorte de matéria

Na manhã do último 24 de outubro, oito pescadores de Colatina, no Noroeste do Estado, acordaram às 6 horas para ir à peixaria. Por lá, eles tiraram telhas, janelas, portas, tudo o que poderia ser reaproveitado. O barulho dos objetos que iam desfazendo um espaço por eles ocupado há 32 anos era ouvido também em suas almas.

Fonte: Jornal A Gazeta, 2018

A matéria continua pontuando que “a vida de milhares de pessoas mudou após a tragédia do Rio Doce [...] desde então, os atingidos esperam por respostas por parte do poder público e das *empresas responsáveis pelo desastre*: Samarco, dona da barragem, e suas controladoras Vale e BHP Billiton” (grifo da autora). Aqui se torna bastante cristalino o posicionamento da matéria acerca da responsabilização pelo acontecido, um gesto de interpretação valioso para compreender a posicionalidade do sujeito produtor, bem como de produção de sentido. Prossegue abordando que, apesar de já existirem muitas dúvidas acerca da qualidade do pescado, diversas outras surgirão ao longo dos anos e são estudadas por 25 universidades que, em esforço conjunto e estudo multidisciplinar, buscam conclusões. “A Renova, fundação criada para reparar os danos do desastre ambiental, repassou R \$120 milhões para as pesquisas”.

São salientados, na fala de um bispo, os poucos resultados da atuação da Fundação Renova, e que a população estava sem “segurança, tranquilidade e qualidade de vida”. Ainda, o texto resgata na fala do bispo três problemas urgentes no ressarcimento/mitigação: muitas mulheres não recebem auxílio da Renova, os produtores rurais perdem vendas pela “desconfiança das pessoas em consumir produtos irrigados pela água do rio” e a saúde dos atingidos. Esses fatores levantados na fala denotam preocupação com a população, bem como diversos outros elementos dispostos ao longo da matéria, ressaltando a produção de sentido de que pouco fora feito até o momento e o povo seguia em insegurança. “Enquanto as respostas não chegam, pelo caminho da lama há dor, sofrimento e desesperança nos 800 quilômetros percorridos. [...] A vida dos moradores e a paisagem ainda não voltaram à normalidade”.

O texto segue se referindo à relação das pessoas com o rio, falando sobre uma pescadora que mora próxima ao rio, de forma a não poder “se afastar do rio para evitar lembranças” porque mora muito próxima a ele, em cuja moradia “há várias lembranças da época em que podia entrar no rio, a sala é cercada por quadros de peixes”.

Imagem 10 - Recorte de matéria

A vida dos moradores e a paisagem ainda não voltaram à normalidade. É só mexer no fundo do rio que a lama de minério logo aparece e sua cor alaranjada ganha força. Algumas pessoas nem podem se afastar do rio para evitar lembranças porque moram bem próximos a ele, como a pescadora Ana Maria Rodrigues Seletes, de 47 anos. Em sua residência também há várias lembranças da época em que podia entrar no rio, a sala é cercada por quadros de peixes.

Fonte: Jornal A Gazeta, 2018.

Um dos momentos mais potentes para interpretação geográfica ocorre a seguir, quando o texto fala especificamente sobre o “desastre” (neste exato termo), descrevendo-o em questão de volume de rejeitos, municípios imediatos atingidos, fatalidades e os 500 km percorridos “causando todo tipo de transtorno, caos e morte da biodiversidade aquática e ribeirinha pelas cidades que cortou. Atingiu a foz, em Regência, Linhares, no Espírito Santo, 17 dias após o início da catástrofe ambiental”. Procede dizendo que alguns municípios foram adicionados à lista de

atingidos da Renova em abril de 2017, graças a ação do grupo Interdefensorial do Rio Doce amparada pelo Comitê Interfederativo responsável por “fiscalizar e validar as medidas de recuperação dos danos resultantes”.

O próximo tema de interesse do texto é a indenização. O texto aborda, mais uma vez, a situação de insegurança e incertezas que assola a população de “pescadores, donos de pousadas, artesãos, marisqueiros” no caminho da lama, dos quais muitos não recebiam o auxílio mensal pago pela Renova e previsto no Termo de Transação e Ajustamento de Conduta (TTAC) firmado entre Samarco, Vale e BHP Billiton, governo federal e governos de MG e ES em 2016. Precisam se virar como podem porque “a fome não espera”, palavras de uma moradora de Linhares. Ainda, o texto retoma os perigos decorrentes de barragens: “em Linhares, 56 famílias que vivem às margens do Rio Pequeno, que abastece o município, precisaram sair de casa em setembro deste ano [...] o motivo foi o risco de rompimento da barragem feita no Rio, que liga o Doce à Lagoa Juparanã.”

Trata-se de uma matéria preocupada em falar sobre a situação dos atingidos pela contaminação do Rio Doce, que dá voz a três pescadoras, um pescador e um bispo, oferecendo a eles o protagonismo no desastre que os atingiu. Isso denota preocupação real com a situação deles, ressaltada pelo fato de que os nomes das três empresas aparecem mais de uma vez carregados da responsabilidade pelo rompimento da barragem e da obrigatoriedade de mitigar e tentar reverter impactos.

A relação entre os lugares do rio e seus habitantes é abordada diversas vezes ao longo do texto, como não poderia deixar de ser em se tratando de uma matéria sobre respostas à sociedade. Há um cuidado em indicar que existe uma conexão profunda com o espaço em que as pessoas vivem, passando de simplesmente ser o lugar onde sempre moraram, onde sempre se divertiram até de onde sempre tiraram seu sustento. O território é abordado através dessas menções e há cuidado em mencionar temas de cunho ambiental. A posicionalidade do sujeito do discurso é perfeitamente nítida: a responsabilidade pelo rompimento da barragem é total das três empresas e os principais implicados no desastre são os habitantes da região do rio, “objeto” do texto.

5.2 “Cresce para 45 o número de barragens que correm risco de se romper”

Publicada em 19 de novembro de 2018, a matéria traz em seu subtítulo uma prévia do teor do texto: “Relatório da Agência Nacional de Águas mostra que, em apenas um ano, quantidade de estruturas com problemas quase dobrou; tragédia da Samarco matou 19 pessoas em 2015”. Antes mesmo do próprio texto, após o subtítulo há uma fotografia impactante que ilustra um cenário até difícil de descrever, tamanha a descaracterização provocada pela devastadora onda de rejeitos.

No que promete ser um texto mais técnico, encarregado de informar ao público o resultado de pesquisa da Agência Nacional de Águas (ANA), há a preocupante revelação de que o relatório do órgão (o segundo desde o rompimento da barragem de Fundão) constata que o número de barragens em risco de acidentes, devido a problemas estruturais, aumentou de 25 para 45 em apenas um ano (de 2016 para 2017). O que procede é interessante porque o parágrafo seguinte traz uma caracterização do desastre de Mariana ressaltando elementos gerais, como a localização subdistrital da barragem, a distância dela até o centro da cidade, o número de pessoas mortas no desastre e a empresa que controlava a barragem, a Samarco, em empreendimento da Vale “juntamente com uma organização anglo-australiana”. A ausência de menção ao nome da BHP Billiton pode soar irrelevante para a produção de sentido geral do enunciado, mas “aqui a afirmação que se quis fazer está, na verdade, no que não foi dito, no silenciado que indica outros sentido” (ORLANDI, 2009).

Imagem 11 - Recorte de matéria

Este é o segundo relatório produzido pela ANA após o rompimento da barragem de **Fundão**, localizada no subdistrito de Bento Rodrigues, a 35 km do centro da cidade de **Mariana**, em Minas Gerais, há três anos. Além de poluir o **Rio Doce**, o **desastre ambiental** matou 19 pessoas e destruiu Bento Rodrigues. A barragem de rejeitos de mineração era controlada pela empresa Samarco, um empreendimento da vale juntamente com uma organização anglo-australiana.

Fonte: Jornal A Gazeta, 2018.

O próximo aspecto curioso é a informação seguinte de que, “de acordo com o relatório da ANA, das 45 barragens com problemas, mais da metade pertence a órgãos e entidades públicas”. Seis das barragens controladas por órgãos públicos

de número indeterminado são do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (Dnocs) que gere outras 321 barragens. O texto segue informando que o Dnocs vistoria com frequência as barragens e tem valor considerável reservado para manutenção das estruturas: R\$ 330 milhões. O parágrafo seguinte, no entanto, contradiz o postulado anterior ao revelar que a própria ANA informa que o valor disposto pela Dnocs para manutenção das barragens é vertiginosamente menor do que se crê: R\$ 5,7 milhões, dos quais “somente 24% foram usados no último ano”. As informações derradeiras são que a ANA dispõe, ainda, que “muitas barragens fiscalizadas por órgãos estaduais também têm vários problemas”, e que a Bahia e Alagoas são os estados que lideram no ranking de barragens em risco de acidentes.

Um elemento recorrente neste texto é que, mais uma vez, há valor no que deixa de ser dito, gerando um gesto interpretativo carregado de significados: ao detalhar como “mais da metade” das 45 barragens em risco de acidentes é controlada por órgãos públicos que não necessariamente atendem ao compromisso de transparência a respeito de orçamentos para manutenção e reparos, convenientemente não nos é informado nada acerca das outras barragens, aquelas que não estão sob controle de órgãos públicos, mas sim de empresas privadas. Embora seja primordial que o público leitor esteja bem informado acerca de quaisquer riscos de acidentes e o conteúdo trazido sobre as barragens de administração pública seja útil e valioso, porque não apresentar alguma informação mais substancial sobre a situação das barragens controladas por empresas privadas, especialmente considerando que o desastre que abre precedentes para maior monitoramento e rompe paradigmas em território nacional é decorrente de falhas cometidas por três empresas privadas (incluindo uma multinacional)? Não seria de interesse do povo acompanhar mais de perto as atividades de todos os órgãos que controlam as barragens em risco, ou ao menos ter um panorama mais completo? Novamente, há muito sendo dito exatamente no que não está escrito.

Retomando o que deixa de ser dito, nota-se que o texto não traz informações sobre as populações atingidas pela lama de rejeitos da Samarco, assim como não traz uma estimativa de quantas pessoas estão no caminho dessas 45 barragens em risco de acidentes. Há detalhamentos acerca de valores monetários, mas absolutamente nada sobre as populações implicadas. Conclui-se que, realmente, o objeto do texto é o perigo decorrente das situações das 45 barragens,

especialmente aquelas administradas por órgãos públicos. Há, ainda, nada a ser dito em matéria de representação territorial, dado que os sujeitos em risco sequer são mencionados, quem dirá abordados.

5.3 “Estou de volta, caro Rio Doce!”

Essa matéria, publicada em 16 de outubro de 2019, é uma das quatro matérias do Especial Publicitário Rio Doce, à serviço da Fundação Renova, que aparecem ao buscar por “Regência” no portal do jornal A Gazeta. Em tom consideravelmente mais descontraído que as duas matérias anteriormente analisadas, o texto se preocupa em trazer como objeto o próprio Rio Doce. O primeiro parágrafo alude à importância do rio para Colatina, a “Princesinha do Norte”, e à história do rio, mencionando os botocudos que “temiam que invasores pudessem utilizar o rio para chegar até Minas Gerais e ameaçar as riquezas do período da Mineração”. Embora seja interessante que a matéria busque trazer algo dos povos originários da região, o trecho destacado gera estranhamento porque passa a impressão de que os indígenas que lá viviam temiam que invasores chegassem até o estado vizinho e ameaçassem as riquezas do período da mineração. O período da mineração abrange praticamente todo séc. XVIII, mas especialmente as décadas de 1750, 1760 e 1770, período estritamente colonial em que se minerava ouro e pedras preciosas - artefatos de menos relevância para os indígenas do que para os portugueses, então porque caberia a eles a preocupação de proteger o vale do Rio Doce? Não estariam interessados em proteger outras riquezas de valor mais intangível, como a própria fisionomia e biodiversidade do Vale, ameaçada e acometida inúmeras vezes em função da exploração mineral que perpassa os séculos desde o Império até à República Federativa do séc. XXI?

No parágrafo seguinte, o interesse recai sobre o abastecimento hídrico proveniente das águas do Doce que supre as necessidades das cidades, da agricultura e da indústria. O abastecimento hídrico realmente é um tema que demanda atenção porque centenas de milhares de pessoas (milhões Brasil afora, se considerarmos também os consumidores dos alimentos plantados na região do vale do Rio Doce) tinham no rio sua fonte principal de água. O assunto é sensível por causa da contaminação das águas pela lama de rejeitos advinda do rompimento da barragem de Fundão, acontecimento citado nesse mesmo parágrafo - nenhuma das três empresas é citada ao falar sobre o incidente, mas a Fundação Renova, “criada

para conduzir a reparação dos danos causados pelo desastre” (como se o desastre fosse espontâneo e inevitável) é destacada imediatamente como “responsável pelo monitoramento da qualidade da água dos cursos d’água impactados”.

Imagem 12 - Recorte de matéria

Hoje, o Rio Doce é importante para o abastecimento das cidades, para a agricultura e também para a indústria. Após o rompimento da barragem de Fundão, em Mariana, Minas Gerais, em novembro de 2015, 39 milhões de rejeitos atingiram as águas do Doce. A Fundação Renova, criada para conduzir a reparação dos danos causados pelo desastre, ficou responsável pelo monitoramento da qualidade da água dos cursos d’água impactados.

Fonte: Jornal A Gazeta, 2019.

As atividades de monitoramento da água são descritas com brevidade, posto que o público leitor não necessariamente está familiarizado com os pormenores e as técnicas de técnicas de análise hídrica, mas eficiência, descrevendo o tipo de sonda utilizada e listando alguns dos principais valores para verificação: PH, oxigênio dissolvido, temperatura, condutividade elétrica e turbidez. “Desde que os pesquisadores começaram a monitorar a qualidade da água neste ponto, não foi necessário parar a captação da água do Rio Doce pra tratamento e, conseqüentemente, abastecimento da população”. É disposto que duas estações de coleta de água para análise foram visitadas, uma em Colatina e outra em Regência, Linhares. No caso das duas medições, o resultado foi de “água própria para o consumo após o tratamento”.

Imagem 13 - Recorte de matéria

Eu bebi da água do Rio Doce após o tratamento. Não só eu, mas os moradores de Colatina e os funcionários da Fundação Renova também. Diante do que vi, não há desconfiança. Para ver detalhes deste trabalho, acesse o segundo capítulo da nossa websérie.

Fonte: Jornal A Gazeta, 2019.

De escrita fluída em estilo cativante, o texto diverge significativamente da maioria das outras 36 matérias por apresentar um ponto de vista otimista, sentimento escasso no que tange à discussão sobre o rompimento da barragem de

Fundão e todos seus impactos. O texto é interessado em comunicar de forma simples, em linguagem familiar, que os esforços da Fundação Renova em reparar os danos cometidos pelas três empresas são frutíferos. Não cabe a mim dizer que não são, mas serão suficientes? Embora tenham sido brevemente abordadas no escrito, as populações atingidas têm segurança para voltar a viver do rio, como sempre fora? Novamente, a ausência de menção às três empresas causadoras do desastre também comunica algo, principalmente tendo em vista que se trata de um texto componente de um edital publicitário. E, mais uma vez, embora lembrados, os atingidos pela contaminação do rio não têm voz no texto. Talvez esse texto pudesse contar com algumas falas de ribeirinhos em diálogo com o retrato positivo feito da Fundação Renova para, talvez, aí sim informar sobre a segurança de uso e consumo das águas do Doce.

5.4 Contextualização histórico-ideológica

O exercício de leitura das matérias e a disposição de trechos submetidos a interpretação mais atenta apontam elementos muito dignos de atenção. As matérias têm três das quatro condições de produção imediatas do discurso em comum: o sujeito social que profere o discurso é o jornalista, na função de comunicador social (embora cada matéria seja assinada por uma pessoa), o lugar de onde o sujeito fala é o jornal A Gazeta e fala para o público leitor do jornal. Claro, isso era esperado, considerando que a fonte das três matérias (bem como das outras trinta e quatro) é a mesma, então a grande divergência fundamental recai sobre a quarta condição de formação imediata do discurso: de que ele fala. É no plano dessa condição de formação que se esperava encontrar o terreno mais fértil para formação de significados diversos, e foi exatamente isso que aconteceu. O critério de seleção das três matérias foi pensado justamente para viabilizar a maior diversidade de elementos sobre um temário geral e disso se extrai uma gama de fatores compositores de discurso muito diversa: temos um texto interessado em comunicar sobre (e com) a população atingida em Regência e Colatina, um texto interessado em comunicar sobre barragens em risco de acidentes e um texto interessado em comunicar sobre as ações da Fundação Renova quanto a abastecimento hídrico e monitoramento de qualidade da água.

Além das três primeiras condições de formação imediatas, outro ponto em comum aos três textos é o contexto ideológico, em função de os três serem escritos dentro de um curto período de tempo. Acontece que, conforme os altos e baixos do sistema capitalista, marcado pela geopolítica do neoliberalismo, urge a “necessidade” de uma nova era de acumulação originária, daí a intensificação do extrativismo corrente no séc. XXI, com a variação nos preços das commodities minerais, em modelo de mineração transnacional (ARAOZ, 2020). “Em pleno século XXI, nos patamares da crise civilizatória em curso, uma vez mais, como nas origens, o espaço geo-histórico da América Latina volta a ser marcado como território minerador, espaço colonial periférico, zona da pura e mera extração.” (p. 190). Correndo atrás da necessidade de desenvolvimento, governos latinoamericanos progressistas sujeitam seus territórios nacionais à voracidade extrativista, obedecendo à “colonialidade do desenvolvimento [...] dispostos a menosprezar os direitos dos cidadãos em face dos desejos das grandes corporações com o fim de 'desenvolver-se'” (p. 192). Dessa forma, em nome do desenvolvimento se admite as mais vorazes violências ambientais.

É neste período temporal, de lógica produtivista herdada de modelo colonial, que se inscreve o desastre no Rio Doce e isso é sentido nos dois últimos textos: a matéria sobre as barragens em risco de acidentes deixa de comentar sobre as empresas privadas que gerem aquelas em risco enquanto aponta que mais da metade delas está sob administração de órgãos públicos, detalhando questões orçamentárias para mitigação e reparos - isso pode servir como argumento de que o poder público não é capacitado para geri-las, em contrapartida às empresas privadas: “perda do peso relativo do Estado na produção e na regulação econômica de seus territórios e correlativo aumento da participação e do poder das grandes empresas transnacionais, tanto nas economias nacionais como no plano global” (ps. 201 e 202). Já a matéria sobre as atividades da Fundação Renova acerca do monitoramento da qualidade da água, por se tratar de um especial publicitário à serviço da própria Fundação Renova, que é uma espécie de programa de responsabilidade social empresarial (possivelmente previsto na política de gestão de conflitos em teor de compensação), apresenta um panorama positivo sobre as atividades da Fundação, aludindo aos trabalhos realizados por cientistas (contando com toda credibilidade atribuída às ciências positivistas). À primeira matéria, por sua

vez, está legada a tarefa de discutir as consequências (consideradas aceitáveis à época da negociação de termos entre empresas e Estado) desse processo de intensificação da atividade minerária, sentidos num território que nunca foi minerador. “A narrativa que sobrevaloriza a globalização faz invisíveis as dinâmicas sociogeográficas locais e regionais que têm nome, sobrenome e, sobretudo, CNPJ no desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo moderno-colonial.” (ARAOZ, p. 9).

Tais “dinâmicas” sociogeográficas, sejam elas anteriores ao desastre ou causadas por ele, se imprimem sobre um espaço que passa a ser territorializado, pois está repleto de relações mútuas: o território de Regência é marcado pelas pessoas que nele vivem, enquanto tais pessoas são marcadas por ele. Além dessa conexão basilar entre sociedade e espaço, há todas as dinâmicas decorrentes das atividades humanas de produção espacial, incluindo a atividade minerária e suas consequências: pode-se dizer que a organização colonial do território latinoamericano se deu em função dos núcleos de extração de prata e ouro, abrindo caminho com expropriação e morte em meio fundamental de acumulação de riquezas para elites que não necessariamente estivessem ali (ARAOZ, 2020, P. 181). A mineração a serviço do neoliberalismo é tão perversa que os impactos negativos dela extrapolam os limites espaciais do lugar onde ela acontece e atingem, em menor ou maior grau, espaços distantes em que os poucos impactos positivos dela sequer são sentidos. Tenhamos em mente, ainda, que a mineração metalúrgica contemporânea faz uso intensivo de energia e recursos hídricos, destrói enormes extensões de terra e aplica grandes quantidades de explosivos e substâncias tóxicas; atinge fortemente terra e água, impactando diretamente na saúde e nas fontes de sustentação econômica das comunidades (p. 195). Esse é o caso de Regência, território ribeirinho contaminado com a lama de rejeitos e morte da Samarco, muitas vezes esquecido nos debates sobre o desastre por causa de sua distância em relação ao centro onde ocorre o rompimento (assim como inúmeros outros territórios ao longo do Doce).

Por isso é bom encontrar matérias, como a primeira analisada, que tratem da população atingida com responsabilidade e oferecendo a ela a oportunidade de fazer sua voz ser ouvida em lugares onde não chegaria com facilidade. A matéria apresenta cidadãos de Regência que sempre viveram perto do rio, com o rio e do

rio, se interessa em retratar a relação territorial existente. É muito importante que populações atingidas tenham suas vozes ouvidas para que saibamos de que forma são impactadas por atividades que sequer ocorrem ali; isso amplia a percepção de impactos ambientais, fomenta discussão em torno de atualizações do que são entendidos como impactos diretos de empreendimentos colossais como a extração de ferro em MG. Aliás, Borges (2013) postula que a conformação territorial é atribuída de sentidos, “dos latentes vínculos entre o território e a produção simbólica, que também possui uma dimensão geopolítica, histórica e cultural” e que, por isso, é uma categoria muito rica para tratar no campo das comunicações sociais e do jornalismo. O primeiro texto fala bastante sobre aspectos históricos, culturais e socioeconômicos, por isso creio que exprima de forma muito competente a relação territorial; é possível, até, que a autora tenha pensado em utilizar um enfoque territorial para escrever a matéria.

Retomando outro conceito norteador da análise de discurso das matérias, é notável que as duas primeiras tratam o rompimento da barragem de Fundão e a contaminação das águas do Doce como um desastre, isto é, como um evento que perturba profundamente o funcionamento de comunidades e redundando em perdas humanas, materiais, econômicas ou ambientais de grande extensão (segundo a UN-ISDR, 2009). Pode-se acrescer à reflexão do acontecido enquanto desastre e a cobertura jornalística feita pelo jornal A Gazeta algumas noções importantes, como de que “a mídia deve estar pronta para contribuir na ampliação do debate público e a busca por soluções” (ALVES e DAL PIAN, 2013) de temário ambiental envolvendo desastres, em que “o grande desafio dos meios de comunicação em massa tem sido abordar os conceitos ligados à ciência ambiental). De fato, a gama de termos utilizados para qualificar o acontecido ao longo das 37 matérias é bastante ampla e por vezes inequivocamente inadequada (menção honrosa ao uso de “tsunami”), inclusive nas três matérias analisadas com mais ênfase, tratando os conceitos científicos de forma tanto quanto precária, embora quase sempre seja em menção a atribuir a seriedade e gravidade devidas ao que aconteceu.

Por fim, no que tange ao ambiente enquanto categoria analítica dos discursos contidos nas matérias, vemos discursos que constroem representações de problemas ambientais fortemente carregados de signos de negatividade e medo, que podem levar ao esvaziamento da possibilidade de ação política (exceto na

primeira matéria). “Ou seja, os sentidos produzidos pela mídia acabam sendo reforçados pelo contexto social de fruição das mensagens, pois o público-receptor encontra-se imerso em um modelo de sociedade contemporânea marcada pelos riscos globais” (AGUIAR, 2005). Assim como pensar o ambiente sem considerar nele o fator antrópico, não apenas como elemento componente mas também como sujeitos nas transformações, pensar o ambiente e falar sobre ele sem considerar questões políticas e ideológicas pode levar a uma alienação muito arriscada.

6 Considerações finais

Quando se iniciou o processo de construção da pesquisa, o foco recaiu sobre a necessidade e a possibilidade de ampliação das reflexões sobre desastres e responsabilização em crimes ambientais. Por isso, a reconstrução do retrato dos impactos do rompimento da barragem de Fundão, em Mariana - MG, para a comunidade do distrito de Regência em Linhares - ES, a partir do jornal *A Gazeta* surgiu como tema fértil, já que carece de análises sob perspectivas geográficas.

Diante disso, a pesquisa teve como objetivo final verificar a forma que as injustiças decorrentes do desastre são retratadas em discurso, tomando como objeto de estudo um *corpus* analítico composto por notícias sobre os impactos para o distrito de Regência, banhado pelas águas da foz do Rio Doce. Tal objetivo foi atendido porque a pesquisa foi competente em lançar luz sobre alguns aspectos pontuais nos debates de responsabilização das empresas e retrato de impactos e população atingida, mas também abre um leque consideravelmente amplo de variáveis a serem analisadas dentro do tema. Desta forma, o objetivo geral, embora respondido, não está esgotado, o que não necessariamente é algo ruim, dado o caráter particular da metodologia escolhida.

O primeiro objetivo específico foi a identificação da divulgação das empresas responsáveis pelo crime ambiental ou ausência de divulgação no *corpus* analisado. Os resultados da pesquisa no que tange a esse aspecto são satisfatórios porque as matérias jornalísticas analisadas não tinham como falar sobre os impactos sem mencionar o evento causador deles, assim que se constata que a maioria das matérias cita uma ou mais empresas, enquanto pouquíssimas abordam as três empresas de forma ambígua, ao que o restante das matérias as omite inteiramente de seus textos. Por isso, o objetivo foi atingido.

O segundo objetivo específico se preocupou acerca de como a população atingida em Regência é retratada e contatada pelo jornal *A Gazeta*. Novamente, o objetivo foi atendido, pois em todas as matérias componentes do *corpus* está nítida a participação ou ausência da população do distrito (ou de demais localidades também atingidas), assim como está nítido quando a população é um dos temas de interesse principal, em quais textos é tema de interesse secundário e em quais sequer é considerada.

O objetivo específico derradeiro foi o de distinção de em quais textos as matérias se referem ao acontecido utilizando nomenclaturas que expressem os significados mais adequados para o rompimento da barragem e consequente contaminação das águas e em quais textos os termos utilizados são inadequados em caráter técnico, mas carregados de drama ou sentidos que aludam à severidade do que aconteceu. Este objetivo foi parcialmente atendido porque, embora tenha sido feita a contagem e posterior categorização de cada matéria quanto às nomenclaturas escolhidas, em várias delas há o uso de mais de um termo, havendo inclusive o uso simultâneo de termos adequados (como *desastre* e *crime ambiental*) e de termos inadequados (como *tragédia* e *tsunami*).

A hipótese levantada no momento de elaboração do projeto foi de que o crime ambiental teria sido retratado pelo jornal de maior circulação no ES como uma tragédia ou ainda algo atinente à natureza, eximindo as empresas de responsabilização ante o público, invisibilizando a população atingida no distrito de Regência e legitimando o esquecimento do acontecido por parte do público leitor. Felizmente, a hipótese foi parcialmente refutada, já que o resultado da fase de categorização das matérias quanto a esses três aspectos foi bastante variado e apontou que em diversos momentos há, sim, preocupação em veicular as versões dos atingidos e indicar a responsabilidade da Vale e suas controladoras ante o que aconteceu, ainda que em outros momentos (especialmente nas matérias de especial publicitário) não haja compromisso com o retrato dos impactos, e sim das ações mitigatórias.

O problema da pesquisa era a representação dos impactos e responsabilização das empresas culpadas sob uma perspectiva que usasse como conceitos basilares o território e o ambiente. Para isso, o método escolhido foi a análise de discurso pecheutiana com seleção de trechos de matérias e imagens carregadas de sentidos e formas de linguagem potentes na formação de opinião popular. Ainda, foram feitas três classificações das trinta e sete matérias escolhidas quanto a aspectos pontuais como nomenclatura, contato com a população e responsabilização das empresas.

Não se trata, contudo, de uma pesquisa livre de limitações. Durante a execução do projeto, houve alguns percalços consideráveis, como a questão da

densidade da análise de pesquisa. Por se tratar de um método que leva em consideração tantos elementos, partindo da psicanálise até o materialismo histórico e dialético, a profundidade potencial é muito grande. Isso não é necessariamente algo ruim, porque pode levar a diversas interpretações, mas se torna fator complicador quando feito em um trabalho de conclusão de curso; para realizar a análise de discurso de todas as matérias levantadas, seria preciso mais tempo (e isso definitivamente é algo a se ter em mente).

Além disso, por se tratar de um método inusitado e ainda pouco utilizado em geografia, particularmente entre geógrafas e geógrafos que estudo, embora instigante, por vezes foi bastante desafiador (ainda que isso tenha permitido bastante liberdade e autonomia ao longo do processo). A multiplicidade de elementos a ser analisados pode estontear e por vezes precisei me ater mais fortemente aos objetivos pretendidos e aos conceitos balizadores da análise. Realizar uma leitura geográfica, buscando o território e o ambiente expressos nas matérias, foi tarefa complexa.

Por fim, recomenda-se que outros estudiosos da Geografia interessados em realizar análises de discurso optem por *corpus* discursivos mais enxutos no caso de trabalhos com limitações temporais ou deixem este método para o caso de trabalhos mais longos, com mais liberdade de criação, e que delimitem bem os conceitos nos quais basearem suas análises. Também, quanto ao referencial teórico, por mais que ainda seja pouco usual, indica-se que mais geógrafas e geógrafos pensem questões ambientais e territoriais evitando a dicotomia entre geografia física e geografia humana; a elaboração deste trabalho, isto é, a leitura do retrato dos impactos do rompimento da barragem de Fundão para Regência, seria impossível se não fosse o uso de conceitos que se afastam de tal dicotomia. A ambivalência da Geografia é um de seus maiores trunfos porque viabiliza leituras de mundo cada vez mais múltiplas e, por isso, deve ser defendida.

REFERÊNCIAS

- A tragédia de Brumadinho pelos olhos de quem já sofreu e ainda sofre. **A Gazeta**, Vitória, 28/01/2019. Disponível em: <<https://www.agazeta.com.br/es/gv/a-tragedia-de-brumadinho-pelos-olhos-de-quem-j-a-sofreu-e-ainda-sofre-0119>>. Acesso em: 7 de jul. de 2021.
- ABREU, Álvaro. Os últimos dias foram de fortes emoções e perdas inestimáveis. **A Gazeta**, Vitória, 06/09/2018. Disponível em: <<https://www.agazeta.com.br/colunas/alvaro-abreu/os-ultimos-dias-foram-de-fortes-e-mocoos-e-perdas-ineestimaveis-0918>>. Acesso em: 7 de jul. de 2021.
- AGUIAR, L. A. **Representações da crise do meio ambiente no jornalismo científico**. Rio de Janeiro, 2004. Disponível em <<http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/27320658764202664797752705381598376634.pdf>>. Acesso em: 5 de nov. de 2021.
- APÓS 4 anos, contaminação da lama no Rio Doce e Regência está maior. **A Gazeta**, Vitória, 30/10/2019. Disponível em: <<https://www.agazeta.com.br/es/norte/apos-4-anos-contaminacao-da-lama-no-rio-doce-e-regencia-esta-maior-1019>>. Acesso em: 7 de jul. de 2021.
- ARÁOZ, Horacio Machado. **Mineração, genealogia do desastre: o extrativismo na América como origem da modernidade**. Primeira edição. São Paulo: Elefante, 2020.
- AVILEZ, Larissa. Renova sobre Rio Doce: “Não há reparação que reconstrua vidas”. **A Gazeta**, Vitória, 22/10/2019. Disponível em: <<https://www.agazeta.com.br/es/norte/renova-sobre-rio-doce-nao-ha-reparacao-que-reconstrua-vidas-1019>>. Acesso em: 7 de jul. de 2021.
- BAHIA, Tarcísio. Destruição das nossas praias é uma tragédia antiga. **A Gazeta**, Vitória, 07/11/2019. Disponível em: <<https://www.agazeta.com.br/colunas/tarcisio-bahia/destruicao-das-nossas-praias-e-uma-tragedia-antiga-1119>>. Acesso em: 7 de jul. de 2021.
- BELLUZZO, Luiz Gonzaga. SARTI, Fernando. **Vale: uma empresa financeirizada**. Le Monde Diplomatique. 2019. Disponível em: <<https://diplomatie.org.br/vale-uma-empresa-financeirizada/>>. Acesso em: 05 de set de 2021.

BORGES, Rosana Maria Ribeiro. **O território geográfico como categoria metodológica dos estudos em Comunicação Social e Jornalismo**. Contemporânea, v. 1, no 21, ano 11, 2013 (Dossiê Geografias da Comunicação).

Disponível em: <<http://www.epublicacoes.uerj.br/ojs/index.php/contemporanea/article/view/6961/5098>>. Acesso em: 10 de nov. de 2021.

BRANDÃO, Helena H. Introdução à Análise do Discurso. 2a ed. rev. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2004.

Brasil. Ministério do Meio Ambiente (MMA). **Vulnerabilidade Ambiental** - desastres naturais ou fenômenos induzidos? Brasília: MMA; 2007. Disponível em: <<https://www.terrabrasil.org.br/ecotecadigital/pdf/vulnerabilidade-ambiental-desastres-naturais-ou-fenomenos-induzidos.pdf>>. Acesso em: 17 de setembro de 2021.

CARRARETTO, Glacieri. O que muda para o ES com a nova lei de segurança para barragens. **A Gazeta**, Vitória, 16/09/2020. Disponível em: <<https://www.agazeta.com.br/es/cotidiano/o-que-muda-para-o-es-com-a-nova-lei-de-seguranca-para-barragens-0920>>. Acesso em: 7 de jul. de 2021.

CHELUJE, Gustavo. 20 filmes capixabas para assistir na internet durante a quarentena. **A Gazeta**, Vitória, 30/03/2020. Disponível em: <<https://www.agazeta.com.br/entretenimento/cinema/20-filmes-capixabas-para-assistir-na-internet-durante-a-quarentena-0320>>. Acesso em: 7 de jul. de 2021.

Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros. Associação de Imprensa Brasileira, 2013. Disponível em <<http://www.abi.org.br/institucional/legislacao/codigo-de-etica-dos-jornalistas-brasileiros/>>. Acesso em: 4 de nov. de 2021.

CONTARATO, Fabiano. Após Mariana, aprovar ecocídio é uma resposta à sociedade. **A Gazeta**, Vitória, 05/11/2019. Disponível em: <<https://www.agazeta.com.br/artigos/apos-mariana-aprovar-ecocidio-e-uma-resposta-a-sociedade-1119>>. Acesso em: 7 de jul. de 2021.

CRESCER para 45 o número de barragens que correm risco de se romper **A Gazeta**, Vitória, 19/11/2018. Disponível em: <<https://www.agazeta.com.br/brasil/cresce-para-45-o-numero-de-barragens-que-correm-risco-de-se-romper-1118>>. Acesso em: 7 de jul. de 2021.

DA lama ao óleo, persistem as irresponsabilidades ambientais. **A Gazeta**, Vitória, 05/11/2019. Disponível em: <<https://www.agazeta.com.br/editorial/da-lama-ao-oleo-persistem-as-irresponsabilidades-ambientais-1119>>. Acesso em: 7 de jul. de 2021.

DAL PIAN, L. F.; ALVES, D. D. P. Desafios da divulgação científica em cobertura jornalística de desastre ambiental. 2013. Disponível em <<https://www.scielo.br/j/ciedu/a/CfQMtrpFVfRRRLVm4NWcWQb/abstract/?lang=pt&format=html>>. Acesso em: 9 de nov. de 2021.

DIAS, Eduardo. Poluído, trecho da foz do Rio Doce está impróprio para banho. **A Gazeta**, Vitória, 03/09/2019. Disponível em: <<https://www.agazeta.com.br/es/gv/poluido-trecho-da-foz-do-rio-doce-esta-improprio-para-banho-0919>>. Acesso em: 7 de jul. de 2021.

EM caso de rompimento em Barão de Cocais, Rio Doce está na rota da lama. **A Gazeta**, Vitória, 19/05/2019. Disponível em: <<https://www.agazeta.com.br/es/gv/em-caso-de-rompimento-em-barao-de-cocais-rio-doce-esta-na-rota-da-lama-0519>>. Acesso em: 7 de jul. de 2021.

EM-DAT Emergency Database. OFDA/CRED – The Office of US Foreign Disaster Assistance/ Centre for Research on the Epidemiology of Disasters – Université Catholique de Louvain, Brussels, Belgium. Disponível em: <<http://www.emdat.be/Database>>. Acesso em julho de 2009.

EXPOSIÇÃO sobre maior tragédia ambiental do país chega a Vitória. **A Gazeta**, 05/11/2018. Disponível em: <<https://www.agazeta.com.br/entretenimento/cultura/exposicao-sobre-maior-tragedia-ambiental-do-pais-chega-a-vitoria-1118>>. Acesso em: 7 de jul. de 2021.

FALCÃO, Márcia Ivana da Silva. **Por uma geografia feminista**: as mulheres na conquista do território Guajuviras, Canoas/RS. Ponta Grossa, PR: Atena, 2020. Disponível em: <<http://educapes.capes.gov.br/handle/capes/573589>> . Acesso em: 30 de agosto de 2021.

FAUSTINO, Bruno. Até mais... **A Gazeta**, Vitória, 17/10/2019. Disponível em: <<https://www.agazeta.com.br/especial-publicitario/riodoce/ate-mais-1019>>. Acesso em: 7 de jul. de 2021.

FAUSTINO, Bruno. Caro Rio Doce, como é bom revê-lo! **A Gazeta**, Vitória, 16/10/2019. Disponível em:

<<https://www.agazeta.com.br/especial-publicitario/riodoce/caro-rio-doce-como-e-bom-reve-lo-1019>>. Acesso em: 7 de jul. de 2021.

FAUSTINO, Bruno. Estou de volta, caro Rio Doce. **A Gazeta**, Vitória, 16/10/2019. Disponível em: <<https://www.agazeta.com.br/especial-publicitario/riodoce/estou-de-volta-caro-rio-doc-e-1019>>. Acesso em: 7 de jul. de 2021.

FAUSTINO, Bruno. No rio, no mar e em todo lugar. **A Gazeta**, Vitória, 17/10/2019. Disponível em: <<https://www.agazeta.com.br/especial-publicitario/riodoce/no-rio-no-mar-e-em-todo-o-lugar-1019>>. Acesso em: 7 de jul. de 2021.

FERNANDES, Vilmar. Há 5 anos, a lama de rejeitos de mineração chegava à foz do Rio Doce. **A Gazeta**, Vitória, 20/11/2020. Disponível em: <<https://www.agazeta.com.br/es/cotidiano/ha-5-anos-a-lama-de-rejeitos-de-mineracao-o-chegava-a-foz-do-rio-doce-1120>>. Acesso em: 7 de jul. de 2021.

FERNANDES, Roosevelt. Desastre de Mariana: o que a sociedade precisa saber. **A Gazeta**, Vitória, 15/09/2020. Disponível em: <<https://www.agazeta.com.br/artigos/desastre-de-mariana-o-que-a-sociedade-precis-a-saber-0920>>. Acesso em: 7 de jul. de 2021.

FILME de jovem diretor capixaba será exibido em festival na Suíça. **A Gazeta**, Vitória, 03/04/2019. Disponível em: <<https://www.agazeta.com.br/entretenimento/cultura/filme-de-jovem-diretor-capixaba-sera-exibido-em-festival-na-suica-0419>>. Acesso em: 7 de jul. de 2021.

FLEURY, Lorena Cândido. **Os estudos CTS diante dos desastres ambientais**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2021. Disponível em <<https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/225849>>. Acesso em 09 de setembro de 2021.

FUNDAÇÃO RENOVA. A Fundação. 2021. Disponível em: <<https://www.fundacaorenova.org/a-fundacao/>>. Acesso em: 20 de out. de 2021.

FUNDAÇÃO Renova repassa R\$ 365 milhões para estradas de acesso ao Rio Doce. **A Gazeta**, Vitória, 12/08/2020. Disponível em: <<https://www.agazeta.com.br/patrocinado/fundacao-renova-repassa-r-365-milhoes-p-ara-estradas-de-acesso-ao-rio-doce-0820>>. Acesso em: 7 de jul. de 2021.

GOLIVER, Leonardo. 1,8 mil pescadores no Espírito Santo terão direito a auxílio do Governo Federal. **A Gazeta**, Vitória, 04/12/2019. Disponível em:

<<https://www.agazeta.com.br/es/norte/18-mil-pescadores-no-es-terao-direito-a-auxilio-do-governo-federal-1219>>. Acesso em: 7 de jul. de 2021.

GOLIVER, Leonardo. ES vai receber R\$ 422 milhões para obras de infraestrutura na bacia do Rio Doce. **A Gazeta**, Vitória, 04/08/2020. Disponível em: <<https://www.agazeta.com.br/es/economia/es-vai-receber-r-422-milhoes-para-obras-de-infraestrutura-na-bacia-do-doce-0820>>. Acesso em: 7 de jul. de 2021.

GOLIVER, Leonardo. Pescadores buscam alternativas para sobreviver sem a pesca em Regência. **A Gazeta**, Vitória, 05/11/2019. Disponível em: <<https://www.agazeta.com.br/es/norte/pescadores-buscam-alternativas-para-sobreviver-sem-a-pesca-em-regencia-1119>>. Acesso em: 7 de jul. de 2021.

GUIMARÃES, Juca. Problemas na barragem da Samarco existiam desde sua construção, apontam relatórios. **Brasil de Fato**, 2019. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2019/02/05/problemas-na-barragem-da-samarco-existiam-desde-sua-construcao-aponta-relatorio>>. Acesso em: 20 de out. de 2021.

HEIDRICH, A. L. & PIRES, C. L. Z. (2016) (orgs.). **Abordagens e práticas da pesquisa qualitativa em Geografia e saberes sobre espaço e cultura**. Porto Alegre: Editora Letra1 Disponível em <<https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/149928/001007747.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em 18 de agosto de 2021.

IBAMA. Relatório Geral de Vistoria, Operação Águas – Fase Olhos d’água IV. Minas Gerais, 2019. Disponível em: <<http://www.ibama.gov.br/phocadownload/barragemdefundao/relatorios/2020/2020-08-13-relatorio-geral-olhos-d-agua-iv.pdf>> . Acesso em: 19 out 2021.

JATOBÁ, S. U. S.; CIDADE, L. C. F.; VARGAS, G. M. **Ecologismo, ambientalismo e ecologia política**: diferentes visões da sustentabilidade e do território. Sociedade e Estado. Brasília, v. 24, n. 1. Disponível em <<https://www.scielo.br/j/se/a/CSrVxYphhYvHrgcZgRNF8WF/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 24 de out. de 2021.

LEONARDO, F.; IZOTON, J.; VALIM, H. CREADO, E. TRIGUEIRO, A. SILVA, B. DUARTE, L. SANTANA. N. **Rompimento da barragem de Fundão (SAMARCO/VALE/BHP BILLITON) e os efeitos do desastre na foz do Rio Doce, distritos de Regência e Povoação, Linhares (ES)**. Relatório de pesquisa.

GEPPEDES. 2017. Disponível em https://www.researchgate.net/publication/317413838_Rompimento_da_barragem_d_e_Fundao_SAMARCOVALEBHP_BILLITON_e_os_efeitos_do_desastre_na_foz_do_Rio_Doce_distritos_de_Regencia_e_Povoacao_Linhares_ES_Relatorio_de_pesquisa_GEPPEDES_2017>. Acesso em 08 de agosto de 2021.

LOPES, Luciano M. N. **O rompimento da barragem de Mariana e seus impactos socioambientais**. Sinapse Múltipla, v. 5, n. 1, p. 1, 2016. Disponível em <http://nova-escola-producao.s3.amazonaws.com/Uv8AgGFVMmAyjmGZyHKwgdyZgTPfR4HARUXAxGdW4nhBUGJRAp6hAkyqDrtE/geo8-24und05-o-rompimento-da-barragem-de-mariana-e-seus-impactos-socioambientais.pdf>>. Acesso em 25 de agosto de 2021.

LOPES, Raquel. Defensoria teme paralisação de ações para atingidos pelo desastre em Mariana. **A Gazeta**, Vitória, 02/02/2019. Disponível em: <https://www.agazeta.com.br/es/gv/defensoria-teme-paralisacao-de-aco-es-para-atingidos-pelo-desastre-em-mariana-0219>>. Acesso em: 7 de jul. de 2021.

LOPES, Raquel. DNA Ambiental: técnica identifica 123 novas espécies no Rio Doce. **A Gazeta**, Vitória, 02/12/2019. Disponível em: <https://www.agazeta.com.br/es/norte/dna-ambiental-tecnica-identifica-123-novas-especies-no-rio-doce-1219>>. Acesso em: 7 de jul. de 2021.

LOPES, Raquel. Mais de 50% das espécies de peixes do Rio Doce não são mais encontradas. **A Gazeta**, Vitória, 03/11/2019. Disponível em: <https://www.agazeta.com.br/es/gv/mais-de-50-das-especies-de-peixes-do-rio-doce-nao-sao-mais-encontradas-1119>>. Acesso em: 7 de jul. de 2021.

LOPES, Raquel. “O Rio Doce não está morto, mas contaminação é crônica”, diz pesquisador. **A Gazeta**, Vitória, 02/12/2019. Disponível em: <https://www.agazeta.com.br/es/gv/o-rio-doce-nao-esta-morto-mas-sofre-de-contaminacao-cronica-afirma-pesquisador-1219>>. Acesso em: 7 de jul. de 2021.

LOPES, Raquel. Rio Doce: as mulheres que perderam renda e agora dependem dos maridos. **A Gazeta**, Vitória, 05/11/2018. Disponível em: <https://www.agazeta.com.br/es/gv/rio-doce-as-mulheres-que-perderam-renda-e-ago-ra-dependem-dos-maridos-1118>>. Acesso em: 7 de jul. de 2021.

LOPES, Raquel. Rio Doce: três anos depois, população ainda sofre. **A Gazeta**, Vitória, 25/01/2019. Disponível em:

<<https://www.agazeta.com.br/es/gv/rio-doce-3-anos-depois-populacao-ainda-sofre-0119>>. Acesso em: 7 de jul. de 2021.

LOPES, Raquel. Tragédia no Rio Doce: três anos à espera de respostas. **A Gazeta**, Vitória, 03/11/2018. Disponível em: <<https://www.agazeta.com.br/es/gv/tragedia-no-rio-doce-tres-anos-a-espera-de-respostas-1118>>. Acesso em: 7 de jul. de 2021.

LOPES, Raquel. Três anos da lama: Após tragédia no Rio Doce, Regência fica dividida. **A Gazeta**, Vitória, 03/11/2018. Disponível em: <<https://www.agazeta.com.br/es/gv/tres-anos-da-lama-apos-tragedia-no-rio-doce-regencia-fica-dividida-1118>>. Acesso em: 7 de jul. de 2021.

MANIFESTANTES fazem protesto em frente à portaria da Vale em Vitória. **A Gazeta**, Vitória, 01/02/2019. Disponível em: <<https://www.agazeta.com.br/es/gv/manifestantes-fazem-protesto-em-frente-a-portaria-da-vale-em-vitoria-0219>>. Acesso em: 7 de jul. de 2021.

Marinha do Brasil. Levantamento ambiental expedito em Regência/ES. Diretoria de Hidrografia e Navegação, 2016. Disponível em <<http://www.ibama.gov.br/phocadownload/barragemdefundao>>. Acesso em: 31 de out. de 2021.

MILANEZ, Bruno. SANTOS, Rodrigo Salles Pereira. **Horror em Brumadinho é culpa da Vale, dizem especialistas. Mas o que é a Vale?** Folha de S.Paulo. 2019. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2019/03/horror-em-brumadinho-e-culpa-da-vale-dizem-especialistas-mas-o-que-e-a-vale.shtml>>. Acesso em: 5 de set de 2021.

MORGENSTERN, N. R., VICK, S. G., VIOTTI, C. B., & WATTS, B. D. (2016). Relatório sobre as causas imediatas da ruptura da barragem de Fundão. Disponível em <<https://drive.google.com/file/d/1MW07AX9nQgJvS3vYkt40S4WSph9i-Kpa/view>>. Acesso em: 2 de nov. de 2021.

NA foz do Rio Doce, pescadores temem que óleo agrave tragédia. **A Gazeta**, Vitória, 09/11/2019. Disponível em: <<https://www.agazeta.com.br/es/gv/na-foz-do-rio-doce-pescadores-temem-que-oleo-agrave-tragedia-1119>>. Acesso em: 7 de jul. de 2021.

NUNES, Aline. Municípios do ES afetados por rejeitos de barragem vão receber R\$ 460 milhões. **A Gazeta**, Vitória, 07/02/2020. Disponível em:

<<https://www.agazeta.com.br/es/gv/municipios-do-es-afetados-rejeitos-de-barragem-vao-receber-r-460-milhoes-0220>>. Acesso em: 7 de jul. de 2021.

O desastre. Ministério Público Federal, 2021. Disponível em: <<http://www.mpf.mp.br/grandes-casos/caso-samarco/o-desastre>>. Acesso em: 15 de out. de 2021.

ORLANDI, E. P. Discurso e Argumentação: Um Observatório do Político. Fórum Lingüístico, Florianópolis, n. 1, p.73-81, jul/dez, 1998. Disponível: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/forum/article/view/6915>>. Acesso em: 03 de out. de 2021.

ORLANDI, E. P. A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso. 2.ed. Campinas: Pontes, 1987. 263 p. Disponível em: <<https://www.bds.unb.br/handle/123456789/304?mode=full>>. Acesso em 29 de ago. de 2021.

ORLANDI, E. P. Análise de Discurso: Princípios & Procedimentos. 8 ed. Campinas: Pontes, 2009.

PASSOS, Flora L.; COELHO, Polyana; DIAS, Adelaide. **(Des)territórios da mineração**: planejamento territorial a partir do rompimento em Mariana, MG. Cadernos Metrópole [on-line]. v. 19, n. 38, p. 269-297, 2017. Disponível em <<https://www.scielo.br/j/cm/a/rP7sQjdcbprFKJNdGw56JDz/?lang=pt>>. Acesso em 18 de setembro de 2021

PÊCHEUX & FUCHS. Semântica e Discurso: uma crítica a afirmação do obvio. Trad. Eni Pulcinelli Orland [et al.] 3.ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1997.

QUARANTELLI, E. L. **A social science research agenda for disasters of the 21st Century**: theoretical, methodological and empirical issues and their professional implementations. Em: What is a disaster? New answers to old questions, Perry, R.W.; Quarantelli, E.L. (eds). (International Research Committee on Disasters and Xlibris, Bloomington, IN, 2005), pp. 325-396. Disponível em <<https://disaster-sts-network.org/content/social-science-research-agenda-disasters-21st-century-theoretical-methodological-and>>. Acesso em 20 de setembro de 2021.

RIBEIRO, Isaac. Chuva pode ter levado mais rejeitos de minério para a foz do Rio Doce. **A Gazeta**, Vitória, 30/01/2020. Disponível em: <<https://www.agazeta.com.br/es/norte/chuva-pode-ter-levado-mais-rejeitos-de-minerio-para-a-foz-do-rio-doce-0120>>. Acesso em: 7 de jul. de 2021.

RIO Doce está na rota da lama caso mina se rompa em Minas Gerais. **A Gazeta**, Vitória, 19/05/2019. Disponível em: <<https://www.agazeta.com.br/es/gv/rio-doce-esta-na-rota-da-lama-caso-mina-se-rompa-em-minas-gerais-0519>>. Acesso em: 7 de jul. de 2021

Rousseff, D.; Rosseto, M.; Occhi, G.M.. Atos do Poder Executivo: Decreto nº. 8572, de 13 de novembro de 2015 (Altera o Decreto nº 5.113, de 22 de junho de 2004). Diário Oficial da União, seção 1, edição extra, 13/11/2015. Disponível em <<http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1000&pagina=1&data=13/11/2015>>. Acessado em 23 de setembro de 2021.

Rousseff, D.; Occhi, G.M.; Atos do Poder Executivo: Decreto de 12 de novembro de 2015 (Institui o Comitê de Gestão e Avaliação de Respostas ao desastre...). Diário Oficial da União, seção 1, 13/11/2015. Disponível em: <<http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=13/11/2015&-jornal=1&pagina=6&totalArquivos=336>>. Acesso em 23 de setembro de 2021.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. 4ª Edição. São Paulo: EDUSP, 1996, 9ª reimpressão.

SUERTEGARAY, Dirce Maria Antunes. **Espaço geográfico uno e múltiplo**. Barcelona: Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales, 2001. Disponível em <<http://www.ub.edu/geocrit/sn-93.htm>>. Acesso em 25 de setembro de 2021.

TOKARNIA, Mariana. Tragédia de Mariana faz cinco anos e população ainda aguarda reparações. **Agência Brasil**, 2020. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2020-10/tragedia-de-mariana-faz-5-anos-e-populacao-ainda-aguarda-reparacoes>>. Acesso em: 21 de out. de 2021.

TOMINAGA, L. K.; AMARAL, R.; SANTORO, J.; (Orgs.). **Desastres Naturais**: Conhecer para Prevenir. 3ª edição. São Paulo: Instituto Geológico, 2015. 197p. Disponível em

<https://www.infraestruturameioambiente.sp.gov.br/wp-content/uploads/sites/233/2017/05/Conhecer_para_Prevenir_3ed_2016.pdf>. Acesso em 10 de setembro de 2021.

VALENCIO, Norma. Elementos constitutivos de um desastre catastrófico: os problemas científicos por detrás dos contextos críticos. *Ciência e Cultura*, v. 68, n. 3, p. 41-45, 2016. Disponível em <http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252016000300013>. Acessado em 18 de setembro de 2021.